



# NA LINHA DE TIRO

Como operações policiais em favelas afetam a saúde dos moradores e comprometem o funcionamento do SUS



**SECA HISTÓRICA** — O Amazonas vem enfrentando uma seca histórica que colocou 60 municípios em estado de emergência. Em outubro, o Rio Negro atingiu o nível mais baixo em mais de 100 anos — em alguns trechos, está totalmente seco. Com a vazante, comunidades ribeirinhas ficaram ilhadas. “Estamos sobrevivendo, com dificuldades para beber água e respirar”, disse ao portal InfoAmazonia (26/10) o vice-conselheiro da aldeia Murutinga, Tuniel Mural. Os indígenas sofrem com a escassez de suprimentos e com a fumaça das queimadas, além de ficarem isolados em um cenário que mais parece um deserto. Na região, povos utilizam travessias por água para chegar ao médico e à escola, buscar recursos financeiros, visitar parentes e ainda para se alimentar.

**RADIS**

edição 254 ■ novembro 2023

NOSSA CAPA: ILUSTRAÇÃO DIGITAL FELIPE PLAUSKA



- EDITORIAL
- 3** **Violência versus Saúde**
- 4** VOZ DO LEITOR
- 5** SÚMULA
- CAPA | VIOLÊNCIA
- 10** **Tiros que adoecem**
- 17** **Quem o Estado defende?**
- POVOS TRADICIONAIS
- 20** **Identidade Quilombola**

- SABERES TRADICIONAIS
- 25** **Bença, Chica!**
- COVID-19
- 28** **Em nome das vítimas**
- 34** SERVIÇO
- PÓS-TUDO
- 35** **Para refletir sobre Consciência Negra**

# Violência versus Saúde

Em nossa matéria de capa, o repórter Glauber Tiburtino contextualiza a relação entre violência e saúde nas favelas, entrevistando pesquisadoras, especialistas, pessoas nascidas nessas localidades. Apresenta relatos, números e conclusões de um amplo estudo que ouviu moradores de seis favelas cariocas e analisou os impactos e as consequências na saúde e na vida cotidiana da população resultantes das frequentes incursões policiais nesses territórios.

A pesquisa Linha de Tiro, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, concluiu que a exposição frequente à violência armada se desdobra em agravos de saúde mental, como depressão e ansiedade, transtornos do sono e o desenvolvimento de doenças crônicas, como hipertensão arterial.

O estudo comparou o impacto sobre moradores de favelas onde as invasões policiais são frequentes com os daquelas nas quais as incursões são menos frequentes. Identificou, por exemplo, que, nas áreas mais afetadas, o risco de pessoas desenvolverem hipertensão é 42% maior do que nas demais.

As pesquisadoras descrevem e analisam enormes transtornos à vida da população, como a desassistência com o fechamento de escolas e unidades de saúde, a interrupção dos meios de transporte e do direito de ir e vir resultando em atrasos e ausências ao trabalho, danos à economia local com o fechamento do comércio e a interrupção de atividades laborais.

A desigualdade social é parte e também um agravante do problema, entende a pesquisadora Maria Cecília Minayo, uma referência nos estudos de violência e saúde: “Muitas famílias não têm para onde ir, não têm escolha. Elas precisam morar ali, esse é um dos motivos de sofrimento”.

O estudo com foco na saúde é parte de uma pesquisa maior do Cesec, que tem examinado a fundo o custo da proibição de drogas e os impactos humanitários, sociais e econômicos da violenta e ineficaz política de “guerra às drogas” que vem sendo praticada há décadas no país.

Em outra reportagem, Ana Claudia Peres foi ao município de Píripiri, no Piauí, registrar a bela história de resistência

ancestral no quilombo Marinheiro, à beira do rio Corrente, onde moram 97 famílias.

Mulheres potentes lideram a comunidade frequentemente deixada pelos homens em busca de trabalho. Senhorinhas boas de conversa e de cantoria narram de maneira muito peculiar as aventuras de resistir e sobreviver a períodos de seca, ameaças de fazendeiros, emboscadas, assassinatos e ataques violentos de forças policiais, por décadas, até conquistarem, recentemente, o reconhecimento e a garantia da titulação definitiva de suas terras como um território quilombola.

Ao lado das histórias do racismo brutal entranhado numa sociedade que ainda produz relações escravistas e desiguais, há também memórias e histórias de luta por libertação e pela reconstrução coletiva do bem viver.

Hoje, a comunidade do Marinheiro celebra abertamente seus rituais religiosos, festas e outras tradições ancestrais, cuida mais tranquilamente de suas famílias. Com parcerias externas, as mulheres desenvolvem projetos de segurança alimentar, produção de alimentos, preservação ambiental, geração de renda e artesanato, além da estruturação de uma biblioteca, atividades esportivas, culturais e de comunicação. Há uma escola pública de educação infantil e de ensino fundamental até o 5º ano. Elas reivindicam uma unidade básica de saúde, a demarcação mais abrangente do território e uma ponte nova sobre o rio.

No embalo das narrativas das mulheres quilombola, o editor Luiz Felipe Stevanim retoma a história de Dona Chica. O depoimento dessa determinada e doce figura de parteira, benzedeira e educadora popular que leva conhecimentos tradicionais para o SUS foi colhido em julho, durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde.

Violência, racismo e desigualdade estão na base da construção de nossa sociedade. Esses são também temas centrais para estudo e reflexão para que haja uma melhor compreensão do que está em disputa na construção de políticas públicas e na reconstrução de novas sociabilidades baseadas em valores humanos de cuidado, respeito e equidade. Valores tão novos quanto ancestrais.

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA**, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail: [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) | Tel: (21) 3882-9026 | Av. Brasil, 4036, Sala 510, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21040-361

**DISAUTONOMIA**

Acabei de ler a matéria na revista, confesso que não conhecia a síndrome. Excelente matéria!

Raiane Rodrigues, via Instagram

**RACISMO**

Foi muito bom saber que o Vini Jr. agora dirige o Comitê Antirracismo da Fifa porque o racismo estrutural é o pior e eu percebi isto quando denunciei os ataques sofridos em pleno horário de trabalho e fui ao sindicato, que não deu muita importância ao caso. Avisei na empresa, onde no grupo de comissão de direitos humanos não vi negros e nem me deram resposta; cheguei a ficar internado duas vezes porque injúria, difamação e tortura psicológica adoecem e eu nunca havia ficado internado antes duas vezes e em tão pouco tempo. Continuei procurando outros canais de auxílio e fiz queixa de crime.

Diante disso, achei muito importante esta ação da Fifa porque se as minorias não estiverem nos órgãos de ação contra o racismo de quase nada adiantará denunciar.

Amador Madalena Maia, Contagem (MG)

**IMPRESINDÍVEL**

*Radis* é imprescindível! Maravilhosas reportagens e entrevistas sempre na defesa da saúde pública e estatal de qualidade,



**REGULAÇÃO DA INTERNET**

Importantíssimo trabalho da @radis-fiocruz em retomar esse tema que é essencial para a democratização das comunicações no Brasil!

Kadu Barros, via Instagram

integral e universal! E com compromisso com a justiça social e ambiental! Primorosa! Rejane Wilwert, via Facebook

**PUBLICAR NA RADIS**

Gostaria de saber como proceder para publicar artigos na Revista *Radis*. E também se a revista possui classificação no Qualis Capes (haja visto que não encontrei a referida classificação no portal da Capes). Grato!

Carlos Mendes Rosa, via email

**R:** Olá, Carlos! *Radis* é uma revista jornalística, e não acadêmica. Por isso, não temos chamada para publicação de artigos científicos. Contudo, publicamos artigos opinativos na nossa seção Pós-tudo. Você também pode enviar sugestões de pautas e conversar com a gente pelo email [radisfiocruz@gmail.com](mailto:radisfiocruz@gmail.com).

**COMUNICAÇÃO POPULAR**

Que bacana essa participação dos comunicadores populares!

Luciana Heymann, via Instagram

**ATRASO**

Amo receber minhas revistas *Radis*. Pena que estão chegando com muito atraso. Tomara que normalizem a entrega.

Wal Agostinho, via Instagram

**R:** Olá, Wal! Estamos trabalhando para normalizar os envios. Você pode acompanhar os conteúdos também pelo nosso site: <https://radis.ensp.fiocruz.br/>.

**DEFENSORES DE DIREITOS**

Projeto incrível! Fico grata por fazer parte disto. Elaine Lopes, via Instagram

**17ª CNS**

Recebo todos os meses a revista *Radis*. Tenho o prazer de tirar uma ou duas horas a cada mês para observar a forma de comunicação que vocês fazem. Vocês são instrumento de manutenção da nossa sobrevivência político-comunitária. Estive na 17ª Conferência Nacional de Saúde, representando o segmento de usuários. Agradeço se puderem usar este meu depoimento para a minha cidade ver o quanto é importante a nossa participação numa Conferência no sentido de desenvolver e garantir uma política efetiva, permanente e qualificada para todo o país.

João Domingos dos Santos (Joãozinho), presidente do Conselho Municipal de Saúde de Olinda-PE

**EXPEDIENTE**

**RADIS**® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

**FIOCRUZ**

**Mario Moreira**  
Presidente

**ENSP**

**Marco Menezes**  
Diretor

**PROGRAMA RADIS**

**Rogério Lannes Rocha**  
Coordenador e editor-chefe  
**Justa Helena Franco**  
Subcoordenadora

**REDAÇÃO**

**Luiz Felipe Stevanim**  
Editor

**Bruno Dominguez**  
Subeditor

**Reportagem**

**Adriano De Lavor,**  
**Ana Cláudia Peres,**  
**Liseane Morosini,**  
**Glauber Tiburtino,**  
**Lícia Oliveira;**  
**Luíza Zauza**  
(estágio supervisionado)

**Arte**

**Felipe Plauska**

**DOCUMENTAÇÃO**

**Eduardo de Oliveira**  
(arte e fotografia)

**ADMINISTRAÇÃO**

**Fábio Lucas**  
**Flávia Vianna Papacena**  
**Ingridi Maia da Silva**

**ASSINATURAS**

Assinatura grátis (sujeita a ampliação)  
Periodicidade mensal  
Impressão Gráfica RJ Offset  
Tiragem 120.000 exemplares

**USO DA INFORMAÇÃO**

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



## Inação no Conselho de Segurança da ONU

“Novamente, o silêncio e a inação prevaleceram”. Foi o que afirmou o embaixador do Brasil na ONU, Sérgio Danese, depois do veto à resolução apresentada pelo governo brasileiro para a criação de um corredor de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, em 18 de outubro, na sequência dos ataques do Hamas ao sul de Israel. Em 1º de outubro, o Brasil assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas — ocupada por cada um de seus membros, pelo período de um mês, seguindo a ordem sequencial alfabética dos nomes dos países em inglês.

Além da criação de um corredor humanitário, a proposta brasileira previa libertação imediata e incondicional dos reféns israelenses, a proteção de civis e da infraestrutura (eletricidade, água, combustível, comida e medicamentos), a saída segura de civis e proteção de pessoal de assistência humanitária, e condenava todas as formas de violência contra civis, incluindo os atos terroristas do Hamas. Conseguiu 12 votos, mas os Estados Unidos exerceram seu poder de veto, argumentando que o texto não mencionava claramente o direito de Israel de se defender.

O Conselho de Segurança da ONU tem cinco membros fixos — Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China — desde que foi criado, em 1945. Países emergentes e outras lideranças vêm pressionando por uma reforma nessa configuração.

O comunicado final da 15ª Cúpula dos Líderes dos Brics [grupo de países de economias emergentes, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], realizada em agosto, pedia um Conselho de Segurança “mais democrático, representativo, eficaz e eficiente”. O secretário-geral da ONU, António Guterres, também já reconheceu que “a governança global está presa no tempo”.



## Saúde e segurança internacional

A Organização das Nações Unidas foi criada com o propósito de promover a paz entre as nações e evitar conflitos armados. Na edição 18 dos Cadernos do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), o diplomata Santiago Alcázar e o médico Paulo Buss — colaborador e diretor do Cris, respectivamente — defendem que questões como os movimentos migratórios e as mudanças climáticas também sejam tema de debate no Conselho de Segurança, encaradas como ameaças à paz e à segurança internacional.

Os autores observam que, ainda hoje, a percepção do conceito de saúde nos foros multilaterais de decisão política, econômica ou financeira, na avassaladora maioria dos casos, continua limitada a seus aspectos biológicos e de cuidados. “Como não entender que toda e qualquer política é um ato volitivo e, por essa circunstância, torna-se potencial ameaça à paz e à segurança, ademais, evidentemente, de ameaça à própria vida? Como não entender que a saúde é o resultado do somatório de seus determinantes econômicos, comerciais, financeiros e sociais?” Leia em [bit.ly/cadernoscris18](http://bit.ly/cadernoscris18).

## Carta aberta dos sanitaristas do mundo

Integrantes da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA, na sigla em inglês) publicaram carta aberta pedindo imediato cessar-fogo, para proteção da vida de inocentes, palestinos e israelenses. Cientes das grandes possibilidades de tal medida não ser acatada, o grupo propôs a criação de corredores humanitários seguros para evacuação de feridos e doentes e a entrada de insumos mínimos de sobrevivência (água, comida e itens de saúde), a garantia de que instalações de saúde e refúgio de civis não sejam atacados, e a instalação de hospitais de campanha fora da Faixa de Gaza.



## HIV: novo protocolo

O Ministério da Saúde atualizou o protocolo clínico para manejo da infecção pelo HIV, em outubro, depois de um período de cinco anos sem revisão. Confira o que mudou:

- Inclusão do conceito de indetectável = intransmissível, ou seja, pessoas vivendo com HIV em tratamento antirretroviral e com carga viral indetectável há pelo menos seis meses não transmitem o vírus por via sexual.
- Preconiza que o tratamento antirretroviral seja iniciado no dia do diagnóstico, ou no máximo em sete dias.
- Recomenda a investigação da tuberculose, principal causa conhecida de óbito por doenças infecciosas nas pessoas vivendo com HIV, em todas as consultas.
- Adiciona a opção de “terapia dupla” no tratamento antirretroviral, que consiste na tomada de comprimido único e diário composto por lamivudina e dolutegravir.

## Dose única

Em outubro, o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) começou a fornecer ao SUS uma combinação do dolutegravir 50mg e do lamivudina 300mg em um único medicamento. O Ministério da Saúde prevê receber 10,8 milhões de unidades em 2023, número que aumentará para 30 milhões em 2024.

“O fornecimento destes medicamentos combinados para o SUS contribuirá significativamente para a efetividade e continuidade dos tratamentos em pacientes adultos e adolescentes com mais de 12 anos de idade e peso mínimo de 40 kg. Além de ter dosagem mais simples e redução da carga de comprimidos, diminui o potencial para interações medicamentosas e efeitos colaterais”, explicou o diretor de Farmanguinhos, Jorge Mendonça à Agência Fiocruz de Notícias (24/10).

## Cientistas mais influentes

O Brasil tem 1.294 pesquisadores entre os 100 mil cientistas mais influentes do mundo, segundo ranking publicado (4/10) anualmente por John Ioannidis, da Universidade de Stanford (EUA), em parceria com a editora Elsevier.

Chama a atenção a presença de brasileiros que se destacaram com suas pesquisas no combate à covid, entre eles o epidemiologista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Lotufo; a pesquisadora do Instituto de Medicina Tropical Ester Sabino (foto ao lado), responsável pelo sequenciamento do coronavírus; Ricardo Gazzinelli, coordenador do CT Vacinas, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e responsável pela primeira vacina 100% brasileira contra a covid; e a médica cardiologista Ludhmila Hajjar, que atendeu dezenas de pacientes durante a pandemia e recusou o convite para integrar o Ministério da Saúde no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, ressaltou a Folha de S.Paulo (19/10).

A lista traz 41 pesquisadores da Fiocruz. Filipe Dantas Torres, da Fiocruz Pernambuco, aparece na 20ª colocação entre os cientistas brasileiros listados.



## NOBEL DE MEDICINA VAI PARA...

Os cientistas Katalin Karikó e Drew Weissman foram os vencedores do Prêmio Nobel de Medicina de 2023 por seus estudos que permitiram o desenvolvimento de vacinas eficazes contra a covid-19. Juntos, a bioquímica húngara e o médico norte-americano descobriram como o RNA mensageiro (mRNA) interage com o nosso sistema imunológico.

Essa tecnologia revolucionária identificada há mais de 15 anos possibilitou a produção, em tempo recorde, de vacinas a partir de material sintético. Segundo a Comissão do Nobel, “os laureados contribuíram para uma taxa de desenvolvimento de vacinas sem precedentes, durante uma das maiores ameaças que a saúde humana já enfrentou na era moderna”.



REPRODUÇÃO/NOBEL

## E O BRASIL?

Brasil nunca foi agraciado com um Nobel. Especialistas ouvidos pela Folha de S.Paulo (4/10) consideram que o baixo investimento em ciência, a qualidade da educação básica e o contexto geopolítico estão entre os motivos que explicam a ausência de brasileiros entre os vencedores desde 1901, quando teve início a premiação.

“Não dá para querer buscar o Nobel sem antes dar condições de trabalho, auxílios de pesquisa, contratos estáveis. Aí acontece o que temos visto, uma fuga de cérebros, e dá muito mais trabalho trazer de volta quem já foi”, disse Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Apesar disso, ele avaliou que a qualidade da ciência e da literatura e o papel político-social do Brasil não são menores do que o de outros países que já têm Nobel. Até 1971 — quando estão disponíveis os dados mais recentes, já que a Fundação Alfred Nobel deixa a lista de indicados sob sigilo por 50 anos —, o Brasil teve 147 indicações.

Em agosto de 2019, *Radis* 203 trouxe uma reportagem sobre o êxodo científico no Brasil (<https://radis.ensp.fiocruz.br/todas-edicoes/radis-203/>).



“ A repressão violenta e brutal do governo às vezes pode manter as pessoas longe das ruas (...) Mas nossa luta continuará até o dia em que a luz vencer a escuridão e o sol da liberdade abraçar o povo iraniano. ”

Narges Mohammadi, vencedora do Nobel da Paz 2023. A ativista iraniana lidera a luta contra a repressão a mulheres em seu país. Condenada repetidamente, passou boa parte das últimas duas décadas na prisão. Em 2021, voltou a ser detida e agora cumpre pena de 10 anos e nove meses. Ela também foi condenada a 154 chicotadas, uma punição que grupos de direitos humanos acreditam que ainda não foi aplicada.

NARGES MOHAMMADI/AFP



## Cigarros eletrônicos em pauta

A discussão sobre a legalização dos cigarros eletrônicos no Brasil voltou à tona em outubro, depois que a senadora Soraya Thronicke (MS) apresentou projeto de lei para regulamentar a produção e comercialização dos produtos (17/10). Ao mesmo tempo, o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, declarou em entrevista ao jornal O Globo (26/10) que o órgão regulador vai abrir consulta pública ainda em 2023 sobre o assunto.

Proibidos no país desde 2009 por meio de uma resolução da Anvisa, os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) — também conhecidos como cigarros eletrônicos, vapes, e-cigarros ou pen drive — são dispositivos mecânico-eletrônicos alimentados por bateria que exalam um aerossol contendo nicotina, entre outras substâncias.

De um lado, a indústria tabagista tem feito forte pressão a favor da liberação do seu uso. De outro, pesquisadores e especialistas vêm endurecendo suas críticas, chamando a atenção para os riscos que o cigarro eletrônico causa à saúde e para as estratégias da indústria para atrair novos usuários.

“É importante salientar que os produtores de cigarros são também produtores de cigarros eletrônicos, ou seja, não são concorrentes. Os cigarros eletrônicos são mais um produto do portfólio dessas empresas”, disse ao *Outra Saúde* (26/10) Mariana Pinho, coordenadora da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT – Promoção de Saúde).

A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) e a Associação Médica Brasileira (AMB) estão com uma campanha em que se posicionam veementemente contra a liberação dos DEFs. “Os cigarros eletrônicos não podem reverter décadas de esforços da política de controle do tabaco no País”, dizem as entidades em nota.

A *Radis 237* trouxe uma reportagem sobre os DEFs. Em “Cigarro eletrônico é cigarro”, o repórter Adriano De Lavor reuniu os principais alertas feitos por especialistas sobre riscos relacionados à saúde. Confira em [radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/cigarro-eletronico-e-cigarro/](http://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/cigarro-eletronico-e-cigarro/)

## Eventos adversos e população negra

■ **66.496 INTERNAÇÕES FORAM REGISTRADAS POR “EVENTOS ADVERSOS” ENTRE 2010 E 2021 (CORTES ACIDENTAIS, PERFURAÇÕES, LIMPEZA INSUFICIENTE DE FERIDAS, OBJETOS ESTRANHOS DEIXADOS NO CORPO DO PACIENTE, ERROS DE DOSAGEM, ADMINISTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS CONTAMINADAS).**

■ **OS ÍNDICES DE INTERNAÇÃO DEVIDO A ESSES INCIDENTES SÃO MAIS ELEVADOS ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA EM TODAS AS REGIÕES DO BRASIL, EXCETO NA REGIÃO SUL.**

■ **NO NORTE E NO NORDESTE, AS PESSOAS NEGRAS TÊM SEIS VEZES MAIS CHANCES DE SEREM INTERNADAS POR OMISSÃO MÉDICA EM COMPARAÇÃO COM AS BRANCAS.**

■ **NO SUDESTE, AS PESSOAS NEGRAS TÊM UMA CHANCE 65% MAIS ELEVADA DE SEREM HOSPITALIZADAS POR CONTA DE EVENTOS ADVERSOS.**

Fonte: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) e Instituto Çarê, publicado no Boletim Saúde da População Negra.

“Podemos habitar esse planeta, mas deverá ser de outro jeito.”

Ailton Krenak, escritor e líder ativista da causa dos povos originários, primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras (5/10), autor de livros como O Amanhã Não Está à Venda e Ideias para Adiar o Fim do Mundo



## Racismo religioso em e-book

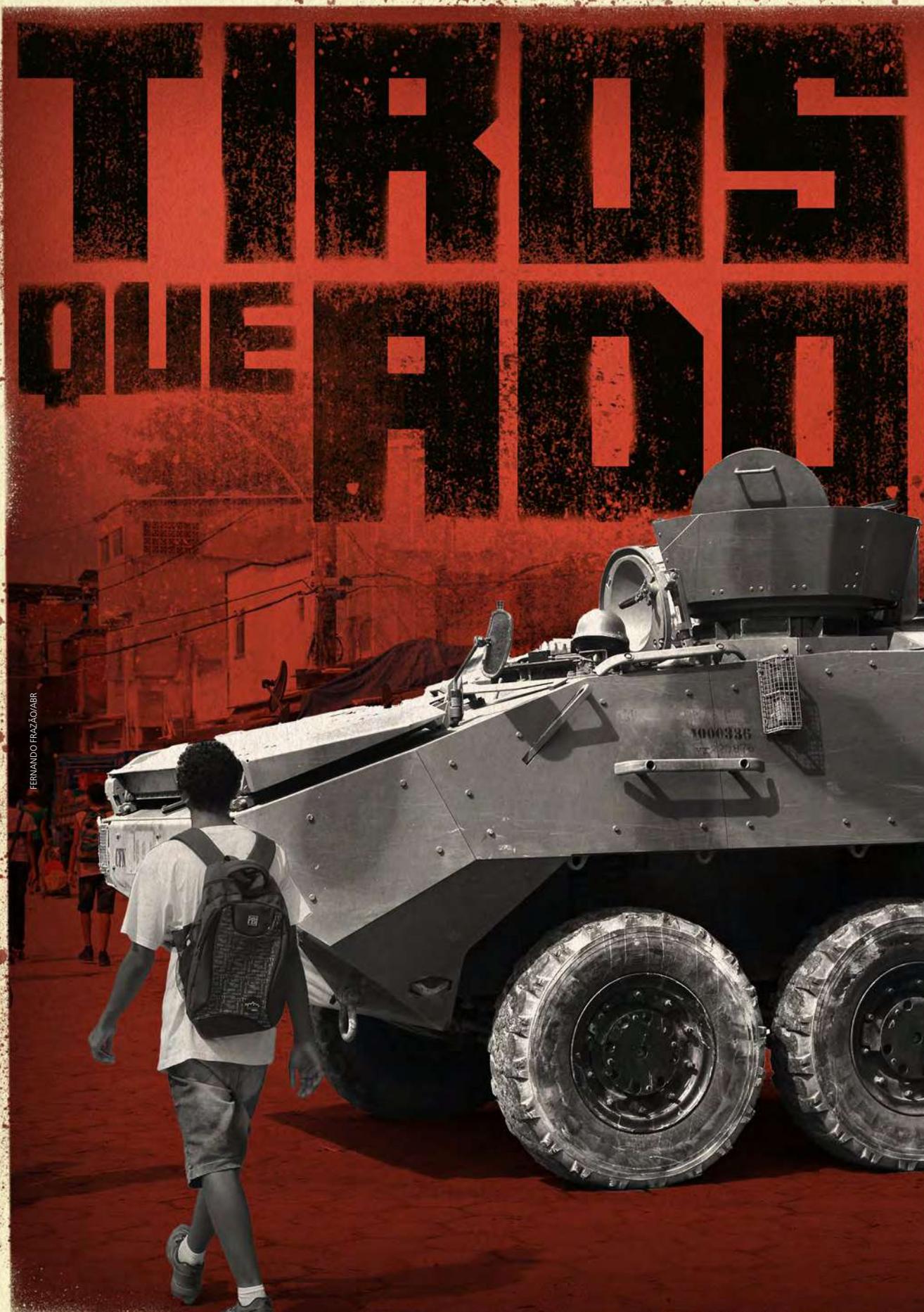
Um ciclo de debates promovido pelas organizações Criola, Conectas Direitos Humanos e Portal Catarinas resultou no e-book Racismo Religioso. O livro traz reflexões dos participantes dos debates em relação ao desrespeito e às perseguições aos terreiros e tradições religiosas indígenas. De acordo com a obra, “o uso da categoria racismo religioso no lugar de intolerância religiosa é também um exercício político e conceitual de sistematizar, interpretar e enfrentar o crime de violência religiosa contra as religiões de matriz africana a partir da singularidade histórica brasileira, bem como da concepção desses espaços sagrados como patrimônio cultural nacional”.

Alguns dos exemplos citados no livro são as intervenções dos Conselhos Tutelares para a promoção de perda de guarda de crianças e adolescentes iniciadas em religiões de terreiros, assim como perseguições às tradições indígenas feitas por algumas denominações religiosas na região Norte do Brasil, incluindo ameaças de violência e morte às lideranças e destruição de “casas de reza”. Leia em <https://bit.ly/ebookracismoreligioso>.



## Saúde com Ciência: combate à desinformação

O que é mentira e o que é verdade quando o assunto é saúde? O programa Saúde com Ciência foi lançado pelo governo federal (24/10) para promover informações confiáveis sobre vacinação, que foi muito impactada pela alta propagação de fake news. O principal ponto norteador é o fortalecimento das políticas de saúde e a valorização do conhecimento científico. Acesse em [www.gov.br/saudecomciencia](http://www.gov.br/saudecomciencia).



FERNANDO FRAZÃO/ABR

# VIOLÊNCIA ARMADA RESULTANTE DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS DEIXA MARCAS ALÉM DAS QUE SE VEEM

GLAUBER TIBURTINO

**E** oração acelerado, falta de ar, tremores, suor e insônia. Esses são os principais sintomas apresentados por moradores de comunidades cariocas afetadas pela ocorrência de tiroteios com a presença de policiais. As consequências dessa frequente exposição à violência armada se desdobram em agravos de saúde mental, como depressão e ansiedade, transtornos do sono e o desenvolvimento de doenças crônicas, a exemplo da hipertensão arterial. Essas foram algumas das conclusões de uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), divulgada em agosto de 2023 e intitulada Saúde na Linha de Tiro.

O estudo levou cerca de 18 meses e corresponde à terceira fase de um projeto mais amplo do Cesec, dividido em quatro etapas, chamado Drogas: Quanto custa proibir. A ideia do relatório é propagar o custo econômico que a política de guerra às drogas impõe aos cofres públicos para sensibilizar camadas da sociedade que não se chocam mais com danos sociais e humanitários causados por essa estratégia ineficaz de segurança pública, prejudicial para as pessoas que moram em áreas de confronto. Confira mais detalhes sobre o projeto e suas demais fases em: <https://drogasquantocustaproibir.com.br/>.

Coordenadora da etapa da saúde, a pesquisadora e cientista social Mariana Siracusa conversou com *Radis* e explicou a estratégia de abordagem pelo aspecto financeiro. “A gente foi por esse caminho dos custos econômicos para tentar sensibilizar essa parcela da população que não está preocupada com as vidas que são perdidas”. “Então nossa alternativa foi investir nos custos econômicos e dizer: essa política, que é ineficaz, produz mortes, dor e sofrimento, também é muito cara para toda a sociedade”, afirma, revelando que um dos cálculos da primeira etapa do estudo estimou um custo de R\$ 5,2 bilhões da política antidrogas apenas nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Conta essa que é paga por toda a população, enfatiza o relatório.

Moradora da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, Isabel Barbosa relata algumas vivências práticas do que foi captado na pesquisa. “Durante as operações policiais, nos comércios, nas casas, as pessoas estão sempre

muito alertas, buscando entender onde estão, como estão, ficam todos muito tensos". "Cria" da favela, como se apresentou à reportagem, ela fala sobre impactos na rotina e na saúde da população. "Todos são prejudicados. As pessoas que conseguiram marcar seus exames dentro ou fora da Maré não conseguem ter acesso. Os comércios fecham, até a própria circulação, o acesso à renda, ao trabalho são afetados. Além disso, existem as violações", narra Isabel, que é também assistente social da Redes da Maré e mestre em Políticas Públicas e Direitos Humanos.

No recorte da saúde, Mariana reforça que, nas localidades mais afetadas pelos tiroteios envolvendo agentes de segurança pública, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) interromperam seus serviços em média três dias a mais do que unidades de outros territórios, gerando um custo anual de R\$ 317 mil ao Estado. Isso sem contabilizar os danos à população, que perdem exames e consultas e sofrem interrupção de tratamentos em dias de confronto armado, conforme mencionado por Isabel.

Ao invés de promover saúde, como prevê a Constituição Federal, o próprio Estado se torna promotor daquilo que Isabel chama de "não acessos", por meio dessa atuação bélica — e, assim, a população que mais precisa do SUS fica sem acesso a ele. Mariana lembra que esses recursos poderiam ser destinados a políticas de cidadania nesses

territórios. "Esse dinheiro poderia estar sendo investido em saúde, educação, geração de renda e emprego e é desperdiçado nessa política que não atinge seus objetivos declarados", avalia.

Em outras palavras, como a saúde da população é afetada pela presença constante da violência urbana? Para responder a essa pergunta, *Radis* mostra como a nossa guerra particular (mesmo que não declarada) afeta a rotina das populações que vivem nas favelas e dos profissionais que atuam no SUS.

## SAÚDE NA LINHA DE TIRO

O estudo realizado pelo Cesec tem como principal objetivo verificar um duplo impacto da 'guerra às drogas' junto às populações analisadas: em suas condições de saúde e no acesso aos serviços de saúde. As seis comunidades da capital fluminense selecionadas para a pesquisa foram divididas conforme a quantidade de tiroteios registrados nas proximidades de unidades de saúde e com a presença de agentes de segurança, com base em registros de 2019, ano anterior à pandemia.

Foram escolhidas três comunidades mais afetadas por esses episódios (Nova Holanda – Maré, Centro Habitacional Provisório 2 – Manguinhos e Vidigal) e outras três com menos ocorrências (Parque Proletário dos Bancários, Parque

# SAÚDE NO FOGO CRUZADO



COMUNIDADES  
MAIS AFETADAS

NOVA HOLANDA  
CHP 2  
VIDIGAL

- PARQUE PROLETÁRIO DOS BANCÁRIOS
- PARQUE CONQUISTA
- JARDIM MORIÇABA



Fonte: Saúde na Linha de Tiro (Cesec, 2023)

## IMPACTO NA SAÚDE

MAIOR RISCO DE DESENVOLVER



HIPERTENSÃO



DEPRESSÃO

Piores indicadores de saúde mental em comunidades expostas, apesar de perfis socioeconômicos similares



Conquista e Jardim Moricaba), todas na cidade do Rio de Janeiro. Os dados utilizados foram gerados pelo Instituto Fogo Cruzado (<https://fogocruzado.org.br/>).

A participação da população ocorreu via aplicação de 1.500 questionários, respondidos por 250 moradores maiores de 18 anos de cada uma das seis comunidades. A metodologia do estudo comparou as respostas dos dois grupos e apontou discrepâncias entre os 750 participantes das três comunidades mais expostas à violência policial com relação à outra metade do recorte pesquisado.

A constante tensão e o estado de alerta cobram um preço para aqueles que vivem em territórios com mais confrontos: a investigação demonstrou que essas pessoas possuem um risco de desenvolver hipertensão 42% maior do que outras que não estejam sujeitas à mesma realidade. A situação se repete com o risco de desenvolver depressão, que demonstra ser 62% maior nessa população. Esses foram alguns dos resultados mais impactantes para os pesquisadores.

Além da maior predisposição à hipertensão ou depressão, que seriam acometimentos futuros, os moradores de comunidades mais afetadas pela política de proibição das drogas já demonstraram piores indicadores em relação aos moradores das outras comunidades analisadas, mesmo possuindo perfis socioeconômicos similares. Portanto,

a questão da violência com participação do Estado é o principal diferenciador entre os dois grupos.

Foram relatados 8,7% de casos de insônia prolongada contra 5,1% nas áreas com menos tiroteios. Em relação à ansiedade, 24,7% dos moradores das comunidades mais afetadas relataram o problema, contra 16% em outras áreas; casos de depressão estavam presentes em 29,6%, contra 15,7%; diagnósticos de hipertensão em 21,1%, contra 16%; e 50,9% das pessoas apresentaram algum dos quatro agravos, contra 35,9% em outras áreas.

Os sintomas relatados durante a ocorrência de tiroteios também demonstram um maior sofrimento psíquico em moradores de regiões onde essa situação é mais frequente, com presença de sintomas como suor (em 35% dos moradores), falta de sono (29,7%), tremores (35,7%), falta de ar (32,8%) e coração acelerado (43,1%). “Mesmo sendo uma conclusão esperada, sempre é algo chocante”, avalia Mariana.

Maria Cecília Minayo, socióloga e antropóloga e uma das principais referências no estudo da violência na saúde, acompanhou de perto a realidade de comunidades e periferias ao longo de sua trajetória. Ela entende que um fator adicional de sofrimento imposto a essas pessoas é a impossibilidade de sair desses territórios marcados pela violência causada por operações policiais e grupos

## SINTOMAS DURANTE TIROTEIOS

Maior SOFRIMENTO PSÍQUICO em áreas com mais TIROTEIOS



## DADOS DE SAÚDE MENTAL

Comparativo entre áreas MENOS AFETADAS E MAIS AFETADAS

INSÔNIA PROLONGADA	5,1%	8,7%
ANSIEDADE	16%	24,7%
DEPRESSÃO	15,7%	29,6%
HIPERTENSÃO	16%	21,1%

**50,9%** apresentaram algum dos quatro agravos vs. **35,9%** em outras áreas.

armados. “Muitas famílias não têm para onde ir, não têm escolha. Elas precisam morar ali, esse é um dos motivos de sofrimento”, avalia. Ela afirma também que a violência em nosso país está “acoplada à desigualdade”.

### PORTAS FECHADAS

Universal significa para todas as pessoas. A universalidade, um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), é um princípio que não se estabelece plenamente nos dias de operações policiais em comunidades como as que foram analisadas no estudo. Mariana conta que, em razão do não fornecimento de dados mais específicos por parte da gestão municipal do Rio de Janeiro, a pesquisa precisou recorrer à memória dos próprios moradores para estimar o número de vezes que a população ficou sem atendimento de saúde em seus territórios em função da chamada “guerra às drogas”.

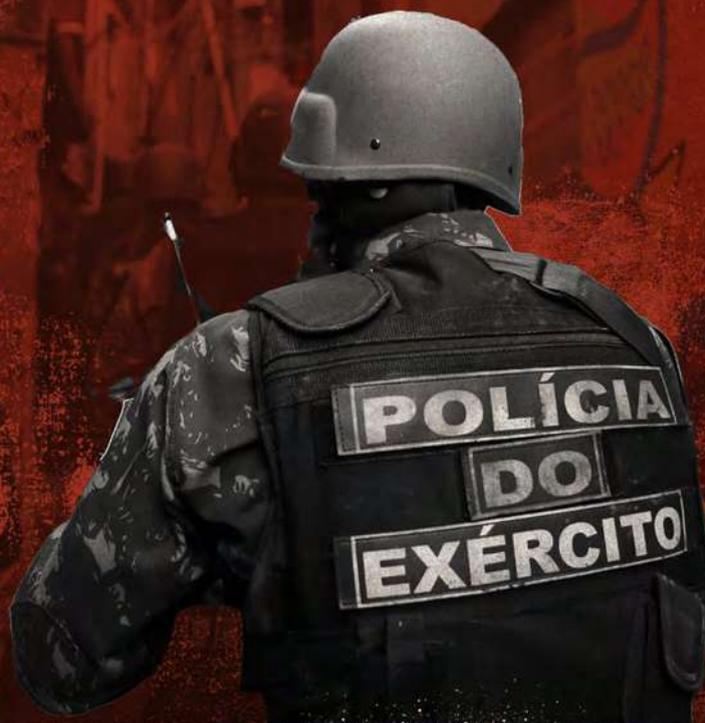
Ainda segundo o estudo, os moradores de comunidades mais expostas a tiroteios com a presença de agentes de segurança relataram com mais frequência a interrupção dos serviços de saúde, ausência de profissionais e impossibilidade de deslocamento até os serviços quando comparados com as comunidades onde esses episódios de violência armada não ocorreram com a

mesma frequência. A coordenadora da pesquisa avalia que a estratégia de segurança pública falha, também, ao não proteger essa população e gera um triplo impacto: o adoecimento dessas pessoas, o risco de ferimentos e o prejuízo na oferta dos serviços.

Enquanto cerca de 60% dos moradores das três comunidades com mais ocorrência de tiroteios disseram que sua UBS de referência já havia fechado pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, a mesma resposta foi dada por apenas 13% dos moradores das outras comunidades.

“É uma diferença percentual muito grande. E 30% deles [residentes em áreas de mais confronto] também disseram que o médico já deixou de ir ou que o próprio respondente não conseguiu se deslocar durante o conflito”, afirma Mariana, lembrando ainda que os agentes comunitários de saúde (ACS), que residem no mesmo território, também acabam impossibilitados de atuar nessas circunstâncias.

“A interrupção do serviço impacta diretamente o acesso dos moradores ao tratamento adequado para problemas de saúde preexistentes, além de prejudicar a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Ou seja, tudo parece demonstrar que, ao invés de promover e garantir direitos aos moradores de muitas de nossas comunidades, o Estado opta por uma estratégia bélica para





lidar com o varejo das drogas, agravando ainda mais o estado de saúde dessas pessoas”, constata o relatório do Cesec. Leia na íntegra: <https://bit.ly/saudenalinhadetiro>.

### **MARÉ NA LINHA DE TIRO**

Antes mesmo de iniciar o trabalho de campo nas comunidades selecionadas para o estudo, Mariana Siracusa já esperava identificar que a exposição prolongada à violência armada impactasse na saúde mental dessa população. Segundo ela, pesquisas da Redes da Maré já haviam apontado essa correlação. A Redes da Maré é uma organização que produz conhecimento e implementa projetos e ações em busca de qualidade de vida e garantia de direitos para os cerca de 140 mil moradores das 16 favelas da Maré.

Isabel atua na instituição desde 2021, no eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, e coordena estudos sobre essa temática. Ela integra o projeto De Olho na Maré, iniciativa que monitora a produção de dados e narrativas sobre violência armada e demais formas de violências que acontecem contra moradores da região e está à frente de um estudo que aborda os impactos desse tipo de violência na vida das mulheres da Maré.

Um dos frutos mais recentes do seu trabalho tem grande simbolismo, mas não é necessariamente passível de comemoração, e sim de reflexão e contemplação: o Memorial Maré. A construção inaugurada em 2022 foi erguida em um muro de uma rua, segundo ela, emblemática

por ser historicamente caracterizada pelos confrontos armados e por episódios de operações policiais. “A gente construiu o memorial sobre as vítimas de violência armada dentro do território da Maré, sejam vítimas de violência do Estado ou dos grupos armados. Para isso, fizemos um trabalho de acolhimento, acompanhamento e construção coletiva com as famílias dessas vítimas”, conta.

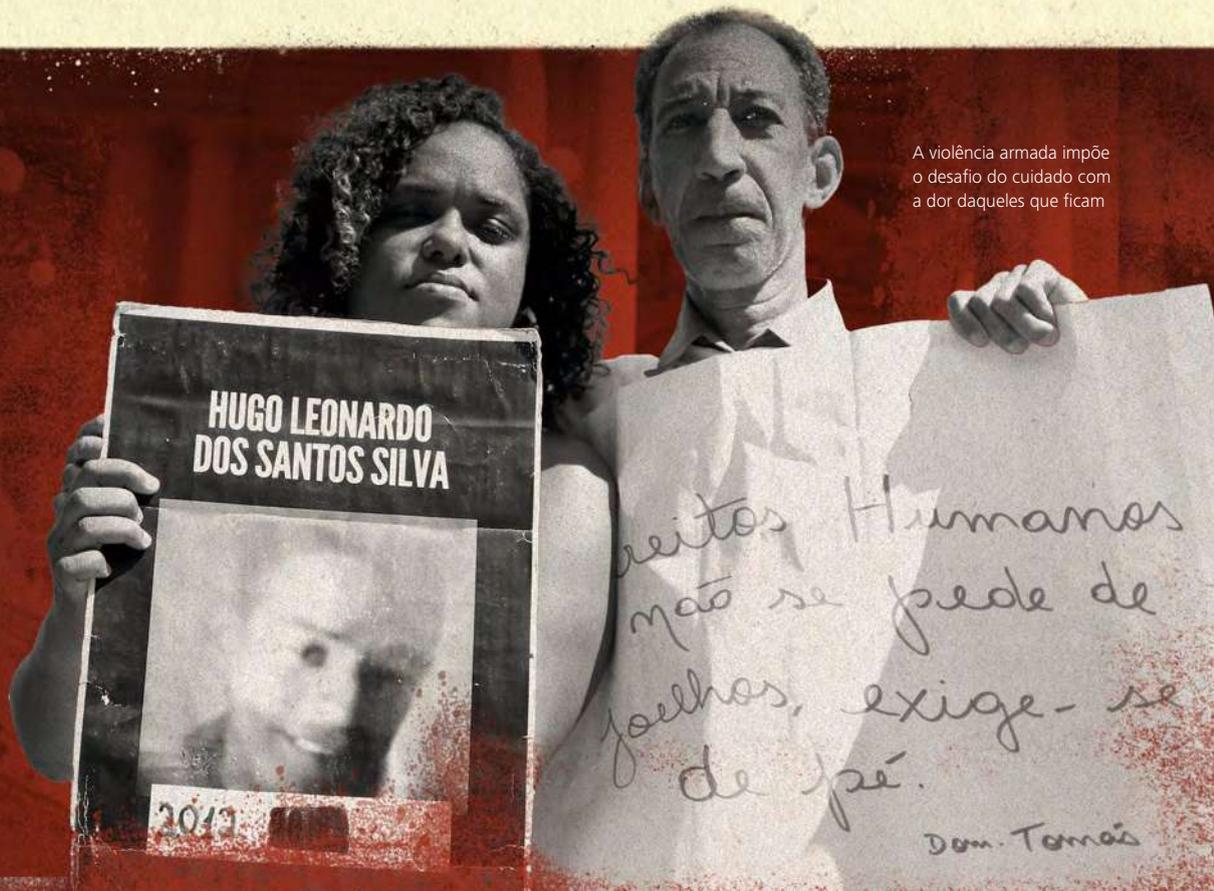
Dentre os homenageados no memorial, destaca-se negativamente o mesmo perfil que lidera as estatísticas de homicídios nas favelas e no asfalto, conforme demonstram o boletim Direito à Segurança Pública na Maré, criado em 2016, e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Saúde Pública: “Homens jovens e negros são as principais vítimas letais dessa violência”, afirma Isabel.

As marcas da violência armada, contudo, não param por aí. Quem não perde a vida em decorrência das operações para apreensão de drogas sofre com suas consequências. “Se a gente pensar violências não letais, como assédio e violência sexual, violência psicológica, invasão de domicílio e subtração de pertences, a maior parte das vítimas dessas violações são as mulheres”, aponta.

### **MARCAS NO CORPO E NA ALMA**

Questionada sobre o comportamento e as sensações vivenciadas por moradores durante as operações de agentes do Estado, Isabel relata a tensão permanente

A violência armada impõe o desafio do cuidado com a dor daqueles que ficam



TANIA RÉGO/ABR

como um dos efeitos mais destacados nessas ocasiões. “A violência armada, que atua sobre esse corpo, deixa ele tenso, sempre alerta. A própria presença dos policiais já deixa tudo muito tenso”, conta.

Ela detalha a razão desse estado de alerta, que impede o relaxamento de corpo e mente mesmo quando as operações não deflagram em conflitos com grupos armados: “Eles podem não estar dando tiros, mas fazem outras violações que são mais silenciosas, como a invasão de domicílio e a violência psicológica”, explica. “A gente percebe também que pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas ou que têm questões de saúde mental também ficam mais agitadas”.

Isabel lembra que não são apenas adultos negros que sofrem com a estratégia da “guerra às drogas” nas comunidades. “As crianças têm seu cotidiano e seu desenvolvimento prejudicados, porque convivem com pessoas armadas e com o tiroteio. Têm que, muitas vezes, pular corpos no beco para poder ir à escola”, descreve. De acordo com a assistente social, os impactos estão sendo mapeados por diferentes pesquisas, mas ainda assim não é possível dimensionar os efeitos desse tipo de atuação do Estado na sociedade.

Sobre essa incerteza, Cecília Minayo faz um triste e preocupante panorama. A pesquisadora falou à *Radis* que estudos mostram que a violência prejudica o crescimento físico e o desenvolvimento mental dessas crianças, inclusive com mudanças genéticas que alteram

sua forma de pensar e de agir. Ela aponta ainda dois dos comportamentos mais comuns observados em crianças e adolescentes que vivem em ambientes violentos: “Um deles é perpetuar esse ciclo de violência, entrando em um caminho muitas vezes sem volta. O outro é o contrário, interiorizar aqueles sentimentos e desenvolver sintomas de depressão e sofrimento, podendo levar a outros tipos de doenças ou mesmo entrar em ideação suicida”.

Outro desafio imposto pela violência armada é o cuidado com a dor daqueles que ficam. “Tem também a questão do sofrimento por conta do luto. Os jovens negros são os que mais morrem, mas as mulheres são as que ficam. Sejam mães, esposas, filhas ou companheiras. E o que é essa dor? O que é esse luto? As políticas de saúde mental estão preparadas para lidar com isso?”, questiona Isabel.

É nesse aspecto que o braço social do Estado se mostra ineficaz, afirma a assistente social. Segundo ela, ainda que os serviços especializados e os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) realizem um primeiro acolhimento, passada a crise, não há continuidade e escuta qualificada.

Cecília argumenta também que a violência “difunde medo e discriminação, separa uns dos outros e gera um mal-estar na sociedade”. No seu entendimento, essa característica penetra as instituições e de certa forma se reflete na ausência de acolhimento relatada por Isabel. “Essa discriminação ocorre também no posto de saúde, na unidade básica, no hospital, na forma como os profissionais tratam as pessoas”, avalia.



Vidas, sonhos e projetos interrompidos: menina Ágatha Félix, de 8 anos, foi morta com um tiro da polícia no Complexo do Alemão (RJ)

## QUEM O ESTADO PROTEGE?

**M**as, afinal, por que o estudo usou como referência tiroteios envolvendo agentes policiais? Não estariam eles cumprindo seu dever de enfrentar grupos armados? Mariana diz que se deparou com comentários desse tipo nas redes sociais quando a pesquisa foi divulgada por veículos de imprensa. E ela tem uma resposta.

A coordenadora do estudo ressalta que o dever constitucional de proteger a população é do Estado e, portanto, as autoridades oficiais devem ser cobradas pela sociedade nesse sentido. Mas, na prática, essa proteção não é bem o que se vê em territórios em que a violência já é legitimada pela sociedade. Em outras palavras: onde a morte não comove.

“A gente tem no Rio de Janeiro uma polícia que nos últimos cinco anos tem matado no mínimo mais de mil pessoas anualmente. A sociedade acabou naturalizando isso, esquecendo que esses números simbolizam vidas, sonhos e projetos interrompidos em função dessa política de segurança pública que não protege os seus cidadãos, não garante direitos e não preserva vidas”, afirma Mariana.

Para ela, as polícias não cumprem o dever legal de oferecer segurança e proteção para toda a população, mas

apenas para uma determinada parcela da sociedade, a que é historicamente privilegiada por esse sistema. “O lema da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é servir e proteger. Mas quem eles protegem e a quem eles servem? Certamente não são as populações de favelas e periferias, que são tidas como inimigas e são os alvos dessa política”, questiona. “Isso é o fracasso de um modelo de segurança pública que não protege a população e que executa, na prática, uma política de morte”.

Essa política que predeline quem deve morrer é mais uma das graves consequências do racismo, define Mariana. “Essa política é racista. O Estado age assim apenas em territórios majoritariamente negros. Há circulação e consumo de drogas em toda a cidade, mas apenas nas favelas a polícia age dessa forma”, aponta. Tal conduta é conceituada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe como necropolítica, uma forma de poder que estabelece parâmetros pelos quais a morte é legitimada e estimulada, o que o pensador classifica não apenas como “deixar morrer”, mas também “fazer morrer”.

As incursões policiais nos territórios, além de representar riscos à população e impactar no seu estado de saúde, também violam uma série de direitos — como o de ir e vir — confinando moradores em suas casas, inviabilizando o comércio local, impedindo o funcionamento de unidades de saúde e fechando escolas. Curiosamente, no dia em que Isabel concedeu entrevista à *Radis*, a Maré passava por uma operação que se estendeu por mais de uma semana.

Mesmo quando essas ações não são marcadas por tiroteios ou pelas violações comuns, outros problemas também ocorrem. “As operações impactam no acesso a serviços, a direitos coletivos, como a saúde e a educação. Estamos indo para a segunda semana em que os alunos que estudam na Maré estão sem aula, temos mais de 50 escolas distribuídas por 16 favelas”, conta. A assistente social lembra ainda que nem mesmo os alunos que estudam fora da Maré conseguem sair da região, pois são operações que começam normalmente por volta das cinco horas da manhã, horário em que todos estão se preparando para estudar ou trabalhar, e duram cerca de 12 horas.

Apesar das denúncias de violações cometidas durante as operações militares, Cecília comenta as dificuldades impostas aos agentes do Estado, que, segundo ela, também sofrem as consequências da guerra às drogas pelo fato de criminosos se esconderem em regiões muito populosas, dificultando o trabalho dos policiais, que também arriscam suas vidas. Para ela, essa situação coloca constantemente as autoridades em um dilema em relação à Segurança Pública: “O que um prefeito, ou um governador, ou um chefe de polícia faz se sabe que ali está se acumulando arma? Entra ou não entra? Faz o trabalho? Porque quando o policial entrar lá, ele pode entrar com todo o coração para proteger a sociedade, só que ele não protege”.

## CIDADANIA É O CAMINHO

A flexibilização da lei de drogas é uma possível solução apontada pelos relatórios do Cesec. Mas a mudança da política deve vir acompanhada de outras medidas. É preciso haver uma atuação integrada do Estado, com a oferta e garantia de direitos, adotando-se medidas de médio e longo prazo — indicam as conclusões de diferentes estudos na área de segurança pública, além das próprias vivências dos moradores de favela.

Mariana reforça que a presença armada nos territórios não resolve o problema: “Aqueles pessoas precisam de emprego, de educação, de saúde de qualidade. Precisam basicamente ter seus direitos assegurados”, defende.

Isabel também ressalta que a política de direitos deve anteceder a repressão nos territórios marginalizados. Ela aponta a necessidade de mais investimentos na área de educação, trabalho, renda, saúde, moradia,

cultura, lazer e transporte. “Por que não fortalecer políticas de saúde mental nesses espaços? Políticas de reparação para mães de vítimas de violência armada, por exemplo? É preciso que o Estado se responsabilize por isso também”, afirma.

A assistente social lembra que o próprio Estado impacta na saúde dos profissionais e da população que precisa do SUS. E questiona: “Qual é a prioridade do Estado ao investir numa política que não se efetiva, que não acaba com o consumo dessas substâncias e com os grupos armados que atuam no território?”

Isabel entende que o investimento em políticas públicas é uma alternativa a médio e longo prazo, mas que deve ser pensada e executada em conjunto com a população. “Esse modelo de política de segurança pública, em vez de combater o crime ou de atingir o objetivo declarado, o que faz é exatamente fomentar o contexto armado nas favelas e periferias. É uma realidade complexa e multifacetada, mas é importante pensarmos juntos soluções e estratégias”, pontua.

Já Mariana ressalta que, no curto prazo, é preciso exigir que todas as instituições do Sistema de Justiça Criminal cumpram o seu papel constitucional, como o Ministério Público (MP), que deveria fazer o controle externo da atividade policial e não o faz a contento. “A gente vê operações policiais cada vez mais letais, cada vez mais bélicas, todos os anos se repetindo sem que o MP de fato cumpra o seu papel”, critica.

“A gente sempre fala muito das polícias, que estão ali na ponta, mas temos que olhar para todas as instâncias: o Ministério Público, os juízes, que estão ali prendendo, conferindo as sentenças. Temos que olhar o papel dessas instituições: não só de letalidade, mas de encarceramento da juventude negra e periférica”. Para ela, a omissão dos demais agentes é um tipo de conivência com um modelo de segurança pública “cada vez mais ostensivo e bélico e que menos garante direitos”.

Ao pensar soluções possíveis, também é necessário qualificar a formação dos agentes de segurança. Cecília Minayo cita o exemplo de superação de uma importante metrópole em relação à violência: “Nova York já foi uma das cidades mais violentas. E aí ficou aquela lenda de ‘tolerância zero’, mas não tem nada a ver com isso. O que resolveu foi programa de formação para os policiais e melhoria das condições de vida dos bairros mais degradados. Quer dizer, foi um conjunto de ações sociais e de formação que levaram a isso”, considera.

Isabel também aponta a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam tanto na segurança pública quanto na saúde, na educação e na justiça — com a ampliação da formação em direitos humanos. A seu ver, esse é um exemplo de atuação positiva do poder público e que deve ser buscado e valorizado: “Acho que também essa é uma forma que o Estado pode contribuir para a cidadania ao invés de expor a sua população ao perigo”, conclui.



## EFEITOS DA NECROPOLÍTICA

O relatório do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania aponta uma expressiva presença de negros no perfil racial das comunidades estudadas, representando mais de 70% daquela população com 18 anos ou mais. Como comparação, no município do Rio de Janeiro essa parcela soma 47% do total da população. Essa diferença revela a concentração de negros nas áreas periféricas da cidade, que são mais afetadas pela precariedade dos serviços públicos e que sofrem com operações policiais na política de combate às drogas.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 revelam que, em 2022, o Brasil teve 6.429 mortes em intervenções policiais, uma média de 17 por dia, sendo 83,1% delas de pessoas negras. Foco da pesquisa do Cesec, as polícias do Rio de Janeiro ocupam o terceiro lugar dentre as mais letais, atrás apenas dos agentes do Amapá e da Bahia. O relatório indica ainda que 161 policiais foram assassinados no Brasil no período analisado, sendo que 70% deles morreram durante a folga. Das 47.398 mortes violentas ocorridas em 2022, 76,9% eram pessoas negras, 91,4% do sexo masculino e mais de 50% tinham entre 12 e 29 anos. Saiba mais em: <https://forumseguranca.org.br/>.





# IDENTIDADE QUILOMBOLA

A resistência ancestral e a força das mulheres  
em um quilombo no Piauí

ANA CLÁUDIA PERES

A grande placa oficial em verde com letras brancas anuncia o que durante muito tempo esteve sob risco de total apagamento. Ali vive uma comunidade quilombola. Marinheiro. 208,1455 hectares de área, devidamente sinalizados no mapa, para que todas as pessoas possam ver.

Localizado em Piripiri, o quilombo fica a apenas 36 km da sede do município, na região norte do Piauí. Mas a estradinha de terra batida e com muitas veredas faz o trajeto parecer mais longo e exige atenção dobrada, mesmo por parte de quem já conhece o local.

A vegetação anda mais seca do que é de costume. Difícil imaginar como fica o cenário no período das chuvas, quando as águas do rio Corrente inundam os arredores, deixando a comunidade ilhada — vem daí uma das hipóteses para o nome do quilombo, vamos ficar sabendo em breve.

Naquela tarde, não chove. O sol está escaldante. E, apesar de ser julho ainda quando a reportagem de *Radis* chega ao Marinheiro, faz um calor de “b-r-o-bró” — expressão muito comum em terras piauienses, usada em referência à sílaba final dos últimos meses do ano, quando as temperaturas ficam mais elevadas, a partir de setembro.

Sob um galpão construído para abrigar a sede da associação de moradores que também faz as vezes de centro cultural, uma dúzia de mulheres está à espera. Na comunidade, habitada atualmente por 97 famílias, são elas que dão as cartas. Têm entre 17 e 77 anos ou um pouco mais, que algumas não sabem precisar a idade. Em um semicírculo, recebem os visitantes para contar histórias e apresentar publicamente o quilombo.

Bem diferente de uma época em que precisavam se esconder.

## TEMPO DE MALVADEZA

“Teve um tempo de pessoas muito malvadas. Quando nosso pessoal via o movimento de gente vindo na estrada, tinha que parar tudo e ficar bem quietinho, sem fazer barulho. Não podia ter zoadada. Até os galos iam parar debaixo das painelas pra que não cantassem. Nós era tudo escondido”.

Assim costumava contar a mãe de Maria Francisca da Conceição, que no quilombo Marinheiros é mais conhecida como Rosário — ninguém sabe dizer por quê. Assim ela conta agora. Rosário é descendente do primeiro casal de negros a habitar o Marinheiro. José Rosa do Nascimento e Isabel Maria da Conceição chegaram por ali em busca de refúgio.

Com 67 anos, a mulher de gestos largos e voz altiva, era ainda uma criança na época em que os episódios de maus-tratos constantes adoeceram e mataram seu povo. “Esse lugar aqui veio depois de muita derrota. De muita taca [açoite]. Foi taca demais”, ela diz, com indignação. “Naquele tempo, a gente era mandada pelos grandes. Quando eles davam uma ordem, a gente tinha que cumprir. Ou cumpria ou então eles atacavam”. De tanto apanhar, seu avô definiu até a morte.

Agora, ela faz questão de levar adiante as histórias que foram passadas de mãe para filha. No repente que improvisa ao final da entrevista, Rosário arma roda de cantoria, evoca a memória e as tradições ancestrais, festeja o cotidiano do lugar, pede proteção, faz ecoar o seu canto pelos ares. Ao final, bate no peito: “Eu tenho muito orgulho de ser quilombola e de viver aqui. Esse é o nosso lugar”.

## O TERCÊ, A PARTEIRA, O TUCUM

Ao lado de Rosário, toalhinha na mão para aliviar o calor, Maria Deuzuíta da Conceição acompanha. Bem-humorada, a mulher arranca gargalhadas sempre que fala, mas a voz muda de tom quando narra um dos capítulos mais tristes da história do Marinheiro, lembrado por cinco quilombolas — ainda que, para algumas, seja mais difícil falar sobre.

O episódio ficou conhecido entre os moradores da comunidade como “A Revolta”, avisa a pesquisadora e assistente social, Márcia Galvão, que acompanha a reportagem de *Radis* naquela tarde. Trata-se de uma operação policial que reprimiu de forma violenta todas as pessoas que participavam de um ritual de Tercê — religião de matriz africana muito difundida no vizinho estado do Maranhão —, que já foi a religião oficial do Marinheiro, onde hoje predomina o catolicismo.

O atentado — escreve Márcia em dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre território, ancestralidade e titulação no quilombo Marinheiro — interrompeu de forma brutal os trabalhos de Tercê na comunidade ou, no limite, fez com que ficassem relegados às casas dos moradores.

Quando o assunto vem à tona junto às entrevistadas, é Dona Deuzuíta quem puxa o fio da meada. A mãe dela era praticante da religião e foi uma das mulheres perseguidas e

presas, mas sobreviveu para contar a história às filhas. “Os poderosos tinham muita raiva. Eles saíram pegando um por um, todos da família da minha mãe”.

Dona Deuzuíta cresceu ouvindo sobre os desatinos daquele período. Houve o caso do senhor que, em busca de cura para um machucado no salão de Tercê, teve os punhos da rede cortados enquanto dormia para que caísse. E houve um outro que, por ter boa estatura, foi obrigado a carregar nas costas os oficiais durante a travessia do rio. “Se fosse comigo, eu fingia que escorregava só pra derrubar aqueles homens brutos”, imagina a quilombola numa espécie de ajuste de contas com o passado.

Dona Deuzuíta teve 10 filhos e já nem lembra quantos quilombolas trouxe ao mundo. Ela é parteira. “Desde que comecei a me entender por gente, que saio de noite para ‘partear’ mulher”, diz, olhando para a jovem Laísa, uma dessas que ela segurou nos braços ao nascer, há 17 anos. “Eu ia de madrugada ou na hora que fosse. De manhã, quando voltava, ia fazer o de comer pros meninos”.

Para sobreviver à seca dos anos 1980, criou todos os filhos à base do tucum — uma espécie de palmeira muito presente na região. “A gente vivia era caçando tucum no mato. Antes que ele secasse direito, a gente quebrava, depois vendia pra comprar roupa pra vestir, rede pra dormir, açúcar pra comer”. Era com o tucum também que ela alimentava as crianças, pilava o fruto e extraía o leite para o mingau.



Dona Maria Francisca da Conceição, mais conhecida como Rosário: histórias passadas de mãe para filha e “muito orgulho de ser quilombola”.



Titulação definitiva garantida em 2021, depois de uma luta de mais de duas décadas.

“Já sofri muito, mas agora eu tô pisando por riba do sofrimento”, reforça outra quilombola, Dona Chagas, mais uma que tem Conceição no sobrenome: Francisca das Chagas da Conceição. “Aqui, nós é tudo juntinho e grudadinho feito feijão com arroz”, emenda, fazendo graça com a origem comum da maioria, uma característica da identidade quilombola.

Em seguida, faz cara de brava e recorre à sabedoria ancestral para deixar claro o tamanho da resistência, se alguém ainda não tiver entendido: “O Marinheiro aqui era como um buraco com uma tábua. Nós vivia como preá no mato, dentro do fojo [cova funda]”. Agora, com a cabeça para fora, ela arremata: “A vida nesse Marinheiro aqui foi difícil. Nós fomos muito combatidos. Mas nós nunca desistimos”.

Dona Rosário, Dona Deuzuíta e Dona Chagas são de uma linhagem de mulheres quilombolas que não envergam, materializando o conceito de quilombo tal qual consta nos glossários: “Comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata”. Assim define a cartilha Direitos Quilombolas, uma publicação do projeto Vozes do Quilombo, iniciativa pioneira da Defensoria Pública do Estado do Piauí voltada para os povos tradicionais [Acesse em <https://bit.ly/cartilhaquilombolapi>].

## O PRIMEIRO CENSO

O Brasil tem uma população de 1,3 milhão de quilombolas residentes em 1.696 municípios. Somente na região Nordeste, são mais de 816 mil pessoas que se autoidentificam como tal. Os dados são do Censo Demográfico 2022, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa foi a primeira vez na história que a população quilombola ganhou

recorte específico no levantamento, podendo ser identificada a partir de perguntas que levavam em conta características demográficas, sociais e econômicas dos povos tradicionais.

Durante o evento de lançamento dos dados coletados com transmissão online, o presidente interino do IBGE, Cimar Azeredo, declarou: “O que está acontecendo é uma reparação histórica”. Apesar da demora de 150 anos desde que o Censo começou a ser realizado, ele ressaltou a importância de hoje se conhecer quantos quilombolas existem no país. Como localidades quilombolas, o IBGE considerou aquelas que compõem o conjunto dos territórios quilombolas oficialmente delimitados, dos agrupamentos quilombolas e das demais áreas de conhecida ou potencial ocupação quilombola.

Quilombolas também estiveram entre os recenseadores. “Só agora a gente está sendo encontrado”, afirmou Dandara Mendes, do quilombo Conceição das Crioulas, em Pernambuco. Em campo, ela ficava emocionada a cada vez que ouvia a população consultada exclamar: “Estão contando quilombolas!”.

De acordo com o censo, Bahia e Maranhão são os estados brasileiros com maior população de quilombolas. O Piauí ocupa a sétima colocação, com um total de 31.686 pessoas. Em Piri-piri, cidade onde está situado o Quilombo Marinheiro, são 844. Mas atenção: apenas 1 em cada 4 quilombolas do Piauí reside em Território Quilombola oficialmente delimitado. O censo revelou ainda que menos de 5% dos quilombolas do país vivem em território demarcado [Veja dados do Censo Quilombola em <https://bit.ly/censoquilombola2022>].

Para ter o seu direito reconhecido e garantir a segurança do território, os moradores do Quilombo Marinheiro precisaram lutar muito. Mais precisamente, 24 anos desde que deram entrada no processo jurídico de autorreconhecimento como comunidade quilombola, em 1997. Em 8 de setembro

de 2021, finalmente, a Fundação Palmares garantiu a titulação definitiva das terras por meio do Instituto de Terras do Piauí (Interpi).

Mas a população ainda reivindica para si a totalidade do território, que abrange duas outras áreas, ricas em recursos naturais, que continuam sob a tutela do Estado: Fazendinha e Olho D'água. No Censo, o Quilombo Marinheiro consta como parte dos "Territórios Quilombolas citados nos acervos do Incra, cujas geometrias não estavam disponíveis ou não foram localizadas".

## POLÍTICAS PÚBLICAS

Os números, portanto, ainda não dão conta da totalidade de quilombolas existentes no país, mas não restam dúvidas de que o levantamento inédito é um marco para dar visibilidade a essa população. "Só o fato de ser enxergado pelo Estado já faz muita diferença", aponta Márcia Galvão.

Ela faz questão de destacar que a ferramenta vai ser ainda mais importante para a construção de políticas públicas para os quilombolas, em especial aquelas voltadas para a regularização fundiária. Em seu trabalho orientado pela pesquisadora da Fiocruz, Elaine Nascimento, ela analisou a narrativa oral dos quilombolas e pôde perceber a preocupação com a titulação da terra como um grande gargalo. Na conclusão de sua pesquisa, Márcia aponta uma série de recomendações de políticas públicas para o Marinheiro.

No quilombo, hoje há uma escola pública, que atende apenas a educação infantil e ensino fundamental I [até o 5º ano], e um posto de apoio à saúde, mas a população reivindica uma unidade básica. Uma vez por ano, em junho, tem a festa dos padroeiros São Pedro e São Paulo. Outra vez por ano, em novembro, o Festival Quilombola, que já está na quinta edição e reúne os outros dois quilombos situados em Piripiri: Vaquejador e Sussuarana. No ano inteiro, a comunidade se mobiliza pela garantia de direitos.

## NOVAS BATALHAS

"Quilombo quer dizer resistência, quer dizer luta e quer dizer coragem", resume Rosimeyre Damasceno Silva. De tanto ouvir as histórias do lugar onde mora, a jovem agora é fonte para pesquisadores e jornalistas que chegam por ali. "O Marinheiro já foi refúgio de pessoas escravizadas que vinham para cá. A gente é descendente dessas pessoas. É por isso que a gente existe".

Duas vezes presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Quilombolas da Comunidade Marinheiro, Rosimeyre ocupa atualmente o cargo de primeira suplente na diretoria composta exclusivamente por mulheres. Depois de ter atuado na linha de frente pela regularização do território, ela diz que a comunidade enfrenta agora uma batalha contra o êxodo populacional, principalmente entre os jovens.

No dia em que *Radis* visitou o quilombo, ela própria sofria de saudades do filho mais velho que tinha viajado recentemente para São Paulo. "Eles vão em busca de outras oportunidades e de trabalho para sustentar a família. Costumam retornar ao quilombo. Mas geralmente precisam sair de novo". O trabalho na roça nem sempre é suficiente.



"Nós fomos muito combatidos, mas nunca desistimos"

MARCELO LEÃO



Dona Deuzilta, a parteira: trazendo quilombolas ao mundo

MARCELO LEÃO



Na despedida da reportagem, um até breve

ANA CLÁUDIA FERES

Por isso, Rosimeyre ressalta a importância de brigar para garantir a incorporação das terras que hoje correspondem à Fazendinha — uma antiga fazenda construída por escravizados — e ao Olho D'água. Tem medo de que a área — uma chapada de vegetação rica em pés de pequi e pastagem para os animais — seja desbastada. A líder quilombola afirma que eles seguirão em busca da titulação e do registro de todo esse território em nome do quilombo Marinheiro.

### AS DONAS DA BOLA

As mulheres do quilombo jogam nas onze. Maria Gabriela tem 19 anos e hoje é bolsista de um dos quatro projetos mantidos pela Fiocruz na comunidade, em parceria com a Associação. São eles: Estratégias de Territorialização de Políticas Públicas para Mulheres em Territórios Quilombolas (Quilombo Marinheiro); Saúde, Ambiente e Território: no caminho das águas, dos alimentos e das pessoas; Segurança Alimentar numa perspectiva de inovação tecnológica; e Preservação Ambiental e geração de renda.

A jovem é a responsável por manter atualizado o perfil do quilombo nas redes sociais. Também participa das oficinas de artesanato. Naquela tarde, ao lado de outras mulheres quilombolas, ela confeccionava bolsas com a fibra da bananeira, numa oficina ministrada no local pelo Senac.

Juntas, além do artesanato, as quilombolas do Marinheiro fazem oficinas de capacitação para inscrição de projetos culturais em editais da Lei Paulo Gustavo e uma série de outras atividades voltadas para o autocuidado feminino.

Também jogam futebol. Metade delas interrompeu a entrevista para correr para o treino. Em poucos dias, iam estrear na Copa Batom. Em 2022, o time feminino do Marinheiro havia perdido o campeonato promovido pela Prefeitura de Piri-piri. Este ano, estavam decididas a mudar o resultado do jogo.

Tamanho protagonismo acaba provocando incômodo. Rosimeyre diz que enfrenta certa resistência. “Ainda há muito machismo”, constata — um problema que, diga-se de passagem, não é exclusivo dos quilombos. “A mulher trabalha na roça, faz comida, cuida de casa. Por isso, a gente tem pensado em programas para estimular outras habilidades e formas de empoderamento. Para que elas possam sair da rotina e valorizar sua independência, ao mesmo tempo que desenvolvem outras formas de renda”.

Se depender de José Florindo da Silva, 67 anos, sete filhos, sendo duas mulheres, os tempos são animadores. “Essas mulheres são medonhas, essas mulheres! Tô achando vantagem!”, diz ele, que é pai da líder quilombola.

Recentemente, em outubro, elas inauguraram a biblioteca do quilombo — mais uma parceria com a Fiocruz — e que agora espera contar com a doação de livros e revistas para seu acervo. Para breve, as quilombolas planejam uma viagem para conhecer o litoral do Piauí, distante 200 km da comunidade.

### NO MEIO DO CAMINHO, A PONTE

No cotidiano do Marinheiro, há uma luta que mobiliza a todos, mulheres e homens, jovens e adultos: a cobrança pelo reparo das duas pontes sobre o rio Corrente, na divisa

“Quilombo quer dizer resistência, quer dizer luta e quer dizer coragem.”

Rosimeyre Damasceno Silva



Dona Rosário sobre a ponte improvisada: desafio para a comunidade.

ANA CLÁUDIA PERES

do quilombo com o município de Capitão de Campos. “Não sei nem como nunca aconteceu uma tragédia”, alerta Dona Rosário, exibindo as gambiarras com madeira, solução que os quilombolas encontraram para que as estruturas ainda se mantenham de pé. Não se sabe por quanto tempo.

Radis presenciou o momento em que um carro fazia a travessia numa manobra impensável. O perigo se torna ainda maior com as chuvas. Em tempos de cheia, é impossível cruzar a ponte, relata Dona Rosário. Ela própria já foi arrastada pelas águas.

Há quem diga que o Marinheiro recebeu esse nome exatamente porque, quando chove muito, o rio transborda deixando submersa boa parte do território. A abundância de água é tanta que chega a lembrar o mar, em pleno sertão, elas comparam. “Faz de conta que nós somos peixes”, brinca Dona Chagas. “Pronto, pode colocar aí que quem vive no Marinheiro é peixe”. Além de quilombola, isso é fato.



# BENÇA, CHICA!

Conheça a história da parteira, benzedeira e educadora popular em saúde que leva conhecimentos tradicionais para o SUS

LUIZ FELIPE STEVANIM

O abraço de Dona Chica é como colo de vó. Quem chega vai se deixando ficar, no embalo da sua reza, pode até cochilar. Há quem chore de emoção, outros observam, contemplativos. Dona Chica, miudinha, orienta os presentes a formarem um corredor, em que todo mundo cuida de todo mundo. No final do túnel humano, lá está ela, calma, com um sorriso leve, feito uma ancestral encarnada.

Assim funciona o Corredor de Saúde, método que Dona Chica utiliza em hospitais e unidades de saúde de Sergipe e outros estados. “O Corredor de Saúde é para cuidar do cuidador. Se o médico cuida de você, alguém tem que cuidar dele”, conta. Apoiada por algumas facilitadoras, Dona

Chica organiza o Corredor numa tarde abafada de julho, 17ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, na Tenda Simone Leite e Wanderley Gomes: a melodia suave da canção e o convite ao abraço são uma pausa em meio ao burburinho de vozes de um encontro como esse.

“Desde o tempo em que nasci/ Logo aprendi a lição/ Cuidar do outro é cuidar de mim/ Cuidar de mim é cuidar do outro”, diz a cantiga entoada por uma das facilitadoras, como se fosse o mergulho em outra dimensão. Uma senhora desmaia, de emoção ou calor: Dona Chica, tranquila, aproxima-se dela e aplica o que seria um passe. Pelo estalar de dedos e balbuciar dos lábios, logo se percebem as influências africanas e indígenas. Estamos diante de uma legítima benzedeira.



“ Sou rezadeira.  
Meu nome hoje  
é Chica. Chica  
parteira, Chica  
benzedeira,  
Chica curandeira.  
Chica Pereira  
das Neves Silva. ”

Depois de quase uma hora de atividade (em que o tempo parece passar de outra maneira), peço para conversar com Dona Chica. Ela aceita, de pronto. A primeira pergunta só podia ser sobre sua origem. “Meu filho, eu sou de um monte de lugar”, começa a responder, para em seguida fazer uma pausa brusca: “Já está gravando? Ave Maria!”

Dali em diante, conhecemos a história da maranhense de 81 anos que reside em Cristinápolis, cidade de Sergipe próxima à divisa com a Bahia. “Eu nasci no Maranhão. Sou uma Ka’apor. Com a ditadura, eu me espalhei, fugida, corrida. Andei aqui na Bahia. Ajudei muita gente”, narra. Ela define parte de sua vida como uma tempestade — até que, levada pelos ventos, foi parar em Sergipe. Hoje é assentada da reforma agrária e atua no Movimento Popular de Saúde (MOPS) do estado de Sergipe.

“Sou rezadeira. Meu nome hoje é Chica. Chica parteira, Chica benzedeira, Chica curandeira. Chica Pereira das Neves Silva”. São muitas definições, nenhuma delas capaz de descrever em palavras a nobreza dos gestos, a firmeza da fala, a clareza de pensamento e a generosidade no olhar daquela que conta ter trazido ao mundo mais de 780 bebês. “Tive 23 filhos em Sergipe. São meus aqui da barriga. E sou mãe ‘adotada’ de 22”, completa.

### O DOM DA RAIZ

“De onde vem a sua sabedoria?”, pergunto. Dona Chica faz uma pausa para refletir. “Todos têm um dom. Independente de onde vem a raiz dele, que vai diferenciar um do outro”, responde, enquanto o vento parece balançar

os brincos de penas amarelas. Ela mais uma vez reforça sua raiz indígena. “Eu sou uma Ka’apor. Eu vim com o meu dom: o dom da raiz”.

O registro de nascimento data dos anos 1960, mas Dona Chica conta que nasceu em 1942. Expulsa de sua região por conflitos territoriais, durante a ditadura civil-militar, ela percorreu o mundo. “Por causa da ditadura, eu vivi na rua. Vim morando, passei por muitos estados”, recorda. “Hoje eu falo porque não tenho mais medo, já estou velha. A ditadura não foi brincadeira. Existiam os coronéis que tomavam as nossas terras, a gente teve que sair da nossa casa”.

Se uma parte dos seus saberes vieram dos povos originários, como o conhecimento sobre as ervas, outra parcela é herança de África. “Minha mãe conheceu um africano que deu amparo a ela, não casaram, mas tiveram cinco filhos. Meu nome é Angorê Caxumucá”, cita a forma como é conhecida dentro das tradições Congo-Angola.

Por onde passa, Dona Chica leva seus galinhos de ervas, suas folhas e sementes. “Lá na minha cidade, sou coordenadora das PICs [Práticas Integrativas e Complementares]. Sou educadora da saúde popular”, enumera mais uma de suas atribuições. Ela atua no SUS com conhecimentos tradicionais. “Trabalho com ervas medicinais. Todas as ervas são curadoras”, ressalta.

### MÃOS DE PARTEIRA

Dona Chica não somente viu o SUS nascer, como pode ser considerada uma de suas parteiras. Ela integra o MOPS de Sergipe desde o tempo em que saúde ainda não era definida como direito de todos e dever do Estado, na Constituição Federal de 1988. “Desde 1978, a gente já estava brigando. Foi muito difícil. Primeiro, a gente começou com reuniões como essa aqui. Depois das reuniões, vieram os seminários. Hoje nós estamos na Conferência”, relembra.

Em Sergipe, ela testemunhou o embrião das lutas pelo direito à saúde, organizadas por camponeses e trabalhadores



Mãos de benzedeira: Dona Chica leva a experiência do Corredor da Saúde para a 17ª CNS, na Tenda Simone Leite e Wanderley Gomes.

urbanos. “Aquele povo que vinha dos interiores para fazer a fila, receber remédio, passava mais de 24 horas esperando. Eu pedia água e comida para alimentar o povo”, narra. “Lá, a gente se uniu, eu era da rua e a juventude apoiava a gente”.

Dona Chica relembra o papel que teve Simone Leite, enfermeira formada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ajudou a organizar os movimentos populares de saúde em Aracaju e no interior do estado. Falecida em 2021, aos 64 anos, Simone deu nome à tenda erguida durante a Conferência Nacional de Saúde para abrigar experiências de arte e educação popular em saúde — local onde Dona Chica organizou seu Corredor de Cuidado.

Nada é por acaso. A benzedeira e a enfermeira eram companheiras de luta. “Ela era uma estudante muito inteligente. Tinha sonhos de mudanças na saúde. Ela juntou alguns amigos e eu juntei alguns da rua e começamos a trabalhar”, relembra.

Há décadas, Dona Chica exerce o ofício de parteira. “Fazia parto na rua, nas roças, nos interiores. O povo mandava me chamar, eu ia”, descreve. Também trabalha com fitoterapia e desenvolve estratégias de cuidado para profissionais de saúde. “Uma enfermeira cuida de uma ferida, dá banho, mas ela precisa também ser cuidada”.

Depois de cruzar o mundo, Dona Chica fincou raiz em Cristinápolis, que ela conta já ter se chamado “Chapada dos Índios”. Ali, ergueu o mastro com a bandeira branca da nação Angola e tornou-se guardiã de conhecimentos ancestrais. “Hoje eu tenho a minha casa, tenho os meus filhos, o meu terreiro, o meu mastro. Não pude ter na minha aldeia, mas hoje tenho na minha casa”.

Sobre um passado de perseguições ainda presente na memória, ela conta que já foi proibida de exercer o seu principal ofício, que era levar bênçãos às pessoas. “Antigamente, a gente não podia nem vestir uma saia comprida, porque eles rasgavam. Chamavam a gente de macumbeiro, feiticeiro, mandingueiro”. Agora, todo esse conhecimento está presente nas práticas que ela emprega na saúde.

“Hoje aceitaram”, resume, antes de completar: “Você está vendo esse menino?”, aponta para um rapaz indígena. “Esse menino é indígena, ele tem a fé dele. A crença nos astros”. Sorri. “A fé é para todos. O astro é único. Deus é único”. Em seus olhos calmos, parece morar alguma coisa infinita que poderíamos chamar de paz.



# EM NOME DAS VÍTIMAS

Memoriais homenageiam as vítimas e reforçam que erros não podem ser repetidos em outras pandemias

LISEANE MOROSINI

Para que os fatos ocorridos não fiquem no passado, movimentos de parentes de vítimas da covid-19 buscam resgatar vivências e histórias por meio de testemunhos dos que ficaram. As vítimas são lembradas em lugares de memória erguidos em todo o país. São espaços que podem levar ao reconhecimento do trauma, servir como instrumentos para uma cultura de paz e respeito e atuar como locais de prevenção para evitar práticas semelhantes no futuro.

No Rio de Janeiro, um painel de azulejos com 18 metros de largura e quase 10 metros de altura homenageia as

vítimas da covid-19 na favela Nova Holanda, no Complexo da Maré. O mural está situado na rua Bittencourt Sampaio, próximo ao Centro de Artes da Maré. Após a identificação dos nomes, houve uma oficina para a produção dos azulejos, coordenada pela artista plástica Laura Taves, que há 20 anos atua na região. Foi nessa oficina que os familiares recontaram e reviveram histórias de vida de seus familiares.

Para chegar aos nomes que ilustram esse mural de memórias afetivas, a Redes da Maré, responsável pelo projeto, identificou as vítimas de covid pelas equipes sociais de programas que atuam nas comunidades e a partir do acolhimento e atendimento



psicossocial aos familiares. Os 74 nomes que estampam os azulejos do mural inaugurado em novembro de 2021 homenageiam e dão significado à vida de pelo menos 400 desses moradores de uma das 16 favelas da região que morreram devido à covid-19.

Entre os nomes está o de Neusa Muniz, paraibana de 78 anos que fincou raízes no Complexo. Ela morreu de covid-19 em 11 de junho de 2020, depois de ficar 42 dias internada. Seu azulejo foi pintado pela neta Laíza Diniz e o bisneto Nicholas. Neusa é lembrada por eles como “uma pessoa de luz e bondosa”. “Não gostava de brigas e mentiras. Com isso, sempre se mostrava acolhedora. Em sua casa, nunca faltavam frutas e não entrava ou saía alguém de lá sem comer. Por ter passado fome, reunir a família para comer era a forma que demonstrava seus afetos”, diz o texto que testemunha parte de sua vida.

## CLÍNICA DO TESTEMUNHO

Por trás de cada azulejo, há uma história contada por filhos, netos, sobrinhos, vizinhos ou amigos. “É quase como uma clínica do testemunho [projeto da Comissão de Anistia aos afetados e torturados pela ditadura civil-militar no Brasil]. Isso ajuda a processar esse acontecimento brutal”, diz Vanessa Lima, psicóloga do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça (DSPJ) da Redes da Maré.

Ela também diz que o memorial resguarda o direito à memória individual e coletiva. Segundo Vanessa, é imprescindível não esquecer essas vidas. “A memória é importante não só para a gente olhar para o passado, mas também para o futuro”, salienta. Patrícia Ramalho Gonçalves, assistente social e coordenadora de projetos nos eixos DSPJ e Direito à

Saúde, registra que é importante marcar como a pandemia ocorreu na Maré. “Mais uma vez as pessoas faveladas, pretas e pobres foram muito afetadas. É sempre para elas que as políticas não chegam de forma mais eficaz”, aponta.

O número de vítimas na Maré é subnotificado, afirma Patrícia. “No início da doença, além de tudo o que sofreram, havia o estigma e houve pessoas que não quiseram participar desse projeto e revelar que seus familiares tinham morrido de covid”, afirma. Ela conta que, durante a pandemia, a Redes da Maré também atuou com parceiros como a Fiocruz e a Prefeitura do Rio para a distribuição de alimentos e kits de higiene com álcool e sabonete, além de participar da campanha de vacinação em massa contra a covid-19.

[Conheça outros lugares de memória da covid e leia mais sobre a importância de preservar a história da pandemia no site de Radis <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/covid-19/crime-e-reparacao/>].

## LUGARES DE MEMÓRIA

Em São Paulo, a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico Brasil) instalou um painel na Avenida Paulista, de mais de 20 metros, com corações pintados em homenagem às vítimas da pandemia. “Decidimos não ficar parados assistindo ao Estado brasileiro contribuir com o adoecimento e morte de nosso povo pela covid-19”, disse a entidade na data da instalação, em outubro de 2022.

Em Brasília, o Senado Federal inaugurou, em 15 de fevereiro de 2022, o Memorial às Vítimas da Covid-19 no Brasil. A instalação tem 27 prismas de mármore, representando as unidades



Painel de azulejos homenageia 74 vítimas da covid que moravam na favela Nova Holanda, no Rio.

EDUARDO DE OLIVEIRA

da Federação. Os prismas são iluminados e simbolizam velas em honra às vítimas da doença no Brasil.

No final de julho, a ministra Nísia Trindade anunciou que o Governo Federal vai instalar um memorial no Centro Cultural do Ministério da Saúde, no Rio, para que a covid-19 e a conduta desastrosa do governo anterior em relação à pandemia não sejam esquecidas — e assim lembrar, segundo ela, não só da pandemia, mas da forma como o Brasil a abordou. “A política de governo absolutamente desastrosa que nos levou a 700 mil vidas perdidas não pode ser esquecida”, disse.

Rosângela Dornelles, presidente da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 Vida e Justiça, disse à *Radis* que será fundamental o envolvimento direto das pessoas afetadas e de seus parentes nesse processo de construção do memorial público. “É preciso buscar o engajamento das associações de vítimas e familiares que lutam pela responsabilização, memória e justiça”, afirmou. Segundo ela, o Ministério da Saúde tem ouvido as entidades e está “tentando construir conjuntamente uma caminhada”.

Na internet, fotografias, textos e vídeos fazem parte do projeto #MemóriasCovid19 [<https://memoriascovid19.unicamp.br/>], realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e lançado em maio de 2020. No site, são compartilhados relatos escritos, fotografias, desenhos, cartas, áudios, canções e vídeos sobre experiências pessoais formando um retrato sensível da vida na pandemia.

O site Inumeráveis [<https://inumeraveis.com.br/>] é um memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do novo coronavírus no Brasil com resumos que resgatam a humanidade dos mortos. A iniciativa surgiu em 2020 e, à época, deu identidade e alma para além de estatísticas. “Não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa. E não há como acolher gente em prosa sem acolher suas histórias e seus amores”, como descrevem posts no Instagram do projeto.

## CULTURA DO ESQUECIMENTO

Os memoriais e as homenagens são importantes para lembrar, mas não suficientes para evitar uma nova tragédia. Pesquisadores afirmam que, no futuro, os dias intermináveis da pandemia vão se fundir em episódios mais curtos, em um evento mais uniforme, cujos detalhes serão difíceis de lembrar. “A maneira como a sociedade decidir rememorar a pandemia provavelmente afetará se e como ela vai viver na memória coletiva de nossa sociedade e o que as gerações futuras vão aprender com nossas experiências”, disse Dorthe Berntsen, professora de psicologia especializada em memória autobiográfica na Universidade de Aarhus, na Dinamarca, em matéria publicada no *Estadão* (15/3).

Para Wilson Couto Borges, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), a construção da memória da pandemia ainda está em disputa. Segundo ele, é preciso esclarecer a verdade sobre o que ocorreu, as consequências e as responsabilidades dos municípios, dos estados e da União. O pesquisador entende que os crimes devem ser punidos e deve ocorrer reparação para as vítimas. Só assim, acredita, essa memória se tornará coletiva, comunitária e nacional.



Wilson Cotrim (à esquerda) ainda vive o luto e a dor da perda de sua mãe e de seus dois irmãos.

Ele avalia que a responsabilidade da sociedade brasileira sobre a memória da pandemia tem que estar à altura da tragédia pela qual o Brasil passou. “É preciso assegurar o compartilhamento dos sofrimentos e das memórias em contextos protegidos e acolhedores, abrindo a possibilidade de curar feridas pela identificação de solidariedades e pelo desfazimento dos nós das dores. Isso deve acontecer para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, observa.

Wilson lembra ainda que o Brasil criou impasses por meio do esquecimento. “Como se não falar, não julgar, não elaborar, pudesse nos garantir alguma forma de paz. Foi assim em vários momentos da história, criando uma verdadeira compulsão de repetição”. O professor lembra que as violências coloniais nunca foram objeto de elaboração; já os crimes da ditadura militar foram calados por meio da anistia. “Longe de ter sido resultado de algum ‘acordo nacional’, a anistia foi fruto de uma imposição dos próprios militares e da conveniência de seus aliados civis. Este é um país de silêncio”, sentencia.

O pesquisador observa ainda que o silêncio custa caro ao presente e ao futuro do país. “Um país que ignora a força histórica da justiça e da reparação condena-se a estar sempre acorrentado ao seu próprio passado. Ele não pode nunca ver o passado passar, porque aqui não há luto, não há dolo, não há responsabilização”. Wilson entende que as mortes na pandemia resultaram da “negligência criminoso e indiferença atroz”. “O que ocorreu entre nós foi um crime de Estado e deve ser tratado como tal. Por isso, chamamos todes à luta pela instalação de um Tribunal Popular que tem como função forçar o debate público e a ação do governo [federal]”.



Lucynier Omena perdeu seu filho tiago e luta para que a justiça seja feita para todas as vítimas da covid-19

## LUTO INACABADO

Nesse contexto, a construção da memória da covid-19 tira os mortos da invisibilidade e ajuda os sobreviventes a processarem o luto, que ainda é vivo e presente. Por medo ou excesso de responsabilidade, o carioca Wilson Cotrim de Carvalho pensou na família, no fato de que não poderia adoecer, e evitou contato com a mãe e seus dois irmãos infectados por covid-19.

Houve conversas por telefone e WhatsApp com os familiares e, hoje, o designer carrega a culpa por ter estado fisicamente distante de seus familiares, que morreram de covid-19, em abril de 2021. “Em termos práticos, eu nada poderia fazer, mas em termos emocionais eu ficaria mais tranquilo. A gente sempre alimenta a possibilidade de que a pessoa vai sair dessa”, contou em entrevista à *Radis* (249).

O que Wilson Cotrim viveu é também compartilhado por milhares de brasileiros que perderam familiares e amigos para a covid-19. Isso porque as medidas adotadas para controlar a propagação do vírus transformaram a experiência de perda, desencadeando mudanças e afetando negativamente o processo de luto na pandemia.

Artigo publicado nos Cadernos de Saúde Pública, em fevereiro de 2023, mostrou que o luto pandêmico é solitário e inacabado. Mortes inesperadas, regras de distanciamento social e restrições de visitantes em unidades de saúde, como aconteceu na pandemia, representam o fardo que Wilson relata e aumentam o risco de luto persistente.

Em uma revisão sistemática da literatura, os autores ligados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP), observaram que o processo de adoecimento e morte durante a pandemia pode ser compreendido a partir de dois momentos distintos, antes e depois da morte, que são permeados pelo sofrimento decorrente de situações de abandono e isolamento.

## RESSENTIMENTO E CULPA

Muitas famílias não conseguiram se despedir dos seus mortos já que as medidas de contenção do vírus impediram a realização do ritual fúnebre. Como os ritos fazem da morte um caminho menos aflitivo, a forma de morrer na pandemia acarretou mais desgaste mental e psicológico aos que já tinham passado por uma experiência de dor e solidão.

A psicóloga Maria Helena Franco disse, em entrevista à *Radis* (214), que a covid trazia uma nova experiência do luto, com contornos próprios e uma forte “reação do sobrevivente”. “Na covid, esse questionamento está muito presente. Se ele adoeceu por uma falha e foi uma falha minha, eu vivo esse ressentimento”.

O luto de Lucynier Omena já dura dois anos. Tiago, seu filho, morreu em 2 de abril de 2021 depois de 25 dias de internação. De lá para cá, a vida de Lucynier não foi a mesma. Em casa, ela mantém o quarto de Tiago do mesmo jeito que ele deixou. “É um sofrimento horrível voltar para casa e saber que eu não vou encontrar meu filho”, disse à *Radis* (249). 

■ Leia também: Crime e Reparação <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/covid-19/crime-e-reparacao/>

# NO CAMINHO DA CIÊNCIA

Estudantes do ensino médio mostram como eventos de popularização da ciência inspiram a formação de jovens cientistas

LÍCIA OLIVEIRA

A curiosidade que está presente em nós, desde a infância, aflora em brincadeiras em que, vez ou outra, somos cientistas e fazemos experiências simples, sem mesmo precisar de muitos itens. Ou então, quando ficamos um pouco mais velhos e nos deparamos com respostas surpreendentes para assuntos que despertam o nosso interesse. Contudo, se temos a oportunidade de ver algo acontecendo de perto ou somos os protagonistas do fazer científico, uma semente pode ter sido lançada de forma mais eficaz.

Entre 14 e 20 de outubro, foi realizado o maior evento de popularização da ciência do país, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que em 2023 completou a sua vigésima edição. A iniciativa mobiliza escolas, universidades, museus, centros de pesquisas e outras instituições em todo Brasil. No Rio de Janeiro, na Fiocruz, por exemplo, houve a realização de diversas atividades, como apresentações de projetos, bate-papos sobre livros e exposições, além de visitas de estudantes de diversas escolas da cidade ao longo de toda a semana.

E é sempre durante a SNCT que a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) realiza a sua Feira de Ciências, com as ações da 3ª edição concentradas no dia 19 de outubro. A escola — que oferece ensino médio integrado ao técnico nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia e Gestão em Saúde — realiza seu processo de admissão por sorteio. *Radis* conversou com três estudantes da EPSJV sobre a importância de se fazer ciência desde jovem e como eventos de popularização da ciência inspiram os estudantes no desejo de seguir o caminho da pesquisa.

## CONHECIMENTO PARA A VIDA

Maria Eduarda Azevedo tem 17 anos e é estudante do segundo ano de Análises Clínicas. Moradora de Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ela comenta que cursou o ensino fundamental em uma escola particular situada no bairro porque sua mãe é professora e tinha bolsa.

“Acho importante ressaltar que nunca tive oportunidade de participar de uma feira de ciências antes de entrar para a Escola Politécnica e muito menos de uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”, afirma.

A estudante participou de dois projetos durante a feira de 2023: um sobre a contaminação de Césio na cidade de Goiânia, em 1987; e outro sobre a evolução das tecnologias menstruais, iniciativa que também foi apresentada em outras atividades da 20ª SNCT. “Poder fazer ciência desde o ensino médio é uma oportunidade única. Ganhamos um conhecimento que vai além do científico. São aprendizados que levamos para o nosso cotidiano”, comenta.

Maria Eduarda percebe que este tipo de atividade não é apenas uma forma de incentivar os estudantes, mas é também um caminho de aproximação do público em geral com a ciência e de divulgação das atividades da escola. “Um dos objetivos do nosso projeto é chamar alunos do 9º ano das escolas da redondeza para que eles possam se tornar futuros estudantes da nossa escola. A Fiocruz é um lugar de ciência e a gente consegue fazer isso desde jovem”. Ela conta que sempre teve a percepção de que gostaria de atuar na área da saúde, mas que não tem dúvida de qual caminho seguir: “Quando eu comecei, de fato, a fazer ciência, só tive mais certeza”, completa.

## O FUTURO NÃO PODE PARAR

Durante a feira, uma das atividades que despertou a atenção dos visitantes foi a elaboração do foguete feito com garrafa pet. A explosão ocorria a partir da mistura de bicarbonato de sódio e vinagre, executada por dois estudantes. Um deles é Paulo Fernando Fonseca, de 16 anos, que cursa o primeiro ano de Biotecnologia e é morador da favela Mandela, bem próxima ao campus Manguinhos, da Fiocruz, no Rio de Janeiro. Ele conta que teve uma infância bem simples, mas que tinha muita curiosidade sobre astros e foguetes e gostava de pesquisar sobre o assunto na internet.

O estudante Paulo Fonseca, do curso de Biotecnologia, acredita que o estímulo ao surgimento de novas cientistas é importante para a continuidade da ciência.



Grazielly da Silva, aluna do curso de Análises Clínicas, em sua primeira feira de ciências.



Maria Eduarda Azevedo apresentando projeto durante a 3ª Feira de Ciências da EPSJV.



FOTOS: LÍCIA OLIVEIRA

Paulo tornou-se aluno da Politécnica por meio do incentivo de uma antiga professora. “Até o ano passado, eu estudava em uma escola pública aqui ao lado e a minha professora me aconselhou a me inscrever para cá. Achava que não seria possível, mas quando saiu o resultado e vi que consegui, comemorei”, comenta.

Paulo percebe que poder fazer ciência desde jovem dá um sentido de continuidade ao campo e, que por isso, é importante ter eventos que popularizem e despertem o interesse no público. “Eu vejo a iniciativa com bons olhos porque é sempre bom trazer pessoas novas para a ciência, pois conforme o tempo vai passando, as pessoas vão se aposentando, e é algo que precisa continuar e evoluir mais”.

Estar envolvido desde o ensino médio em atividades de pesquisa científica é, para Paulo, um diferencial que pode ajudá-lo em suas escolhas profissionais, mais à frente. Sobre o futuro, ele já tem uma certeza: “Eu gostaria de atuar na área de saúde mental. Quero fazer Psicologia”.

## O APOIO É FUNDAMENTAL

Começar a fazer ciência tão jovem também inclui desafios,

especialmente quando tudo é ainda novo. Grazielly Melo da Silva, de 16 anos, é estudante do 1º ano de Análises Clínicas. Em um projeto com seu grupo que envolvia reações químicas entre permanganato de potássio e água oxigenada, criando uma fumaça que lembrava o “gênio da garrafa”, ela afirma que a experiência de participar de um momento como esse permite colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

“É muito importante participar porque venho de uma escola em que eu não tinha oportunidade de conhecer e realizar experimentos como esse. Está abrindo portas na minha mente, para eu conseguir realizar determinadas coisas que não me achava capaz”, conta.

Entre uma reação química e outra, Grazielly diz que agora já pensa em seguir carreira como cientista, apesar de ainda não ter definido uma área específica de atuação. “No início, eu não acreditava, achava que não ia conseguir e teria que desistir. Os professores foram se mostrando dispostos a me ajudar e a explicar todas as dúvidas que eu tinha”, relata. Ela também destaca o apoio recebido dos colegas e diz que ver as coisas acontecendo na prática, como na feira de ciências, é a comprovação de que ela está no caminho certo.



### ECOS DA PANDEMIA I

A pandemia de covid-19 ainda reverbera em muitas narrativas. “Porque a história de uma pandemia se escreve com muitas histórias, em movimento”. Essa é a tônica do projeto coletivo desenvolvido pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI, em parceria com a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico Brasil). Em formato de e-book, Histórias e(m) Movimento reúne uma série de experiências daqueles que tiveram suas vidas atravessadas pela pandemia de diferentes maneiras e intensidades. Os relatos estão disponíveis no site da Rede numa edição bilingue em português e inglês: <https://bit.ly/ebookredecovid>. Podem também ser ouvidas em forma de playlist em: <https://on.soundcloud.com/YjpSU>.

### ECOS DA PANDEMIA II

Em outro e-book sobre a pandemia disponível para download, os leitores podem acessar a exposição de profissionais de saúde ao coronavírus em Pernambuco, as dificuldades e sofrimentos enfrentados na linha de frente da assistência e outros impactos, sobretudo entre as trabalhadoras. Essa é a proposta de Riscos e Desafios para Profissionais de Saúde na Pandemia de Covid-19, obra lançada pela Fiocruz Pernambuco e pelo Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS), com organização dos pesquisadores Maria de Fátima Militão de Albuquerque, Wayner Vieira de Souza, Jessyka Mary Vasconcelos Barbosa e Celina Maria Turchi Martelli. Confira: <https://bit.ly/ebookcovidtrabalhadoresdasaude>.



### INSEGURANÇA ALIMENTAR

O que as mudanças no clima do planeta trazem de impacto sobre os sistemas alimentares latino-americanos? Organizado pelos pesquisadores Ana Laura Brandão, Frederico Peres e Juliana Casemiro, o livro Insegurança Alimentar y Emergencia Climática: sindemia global y um desafio de Salud Pública en América Latina (Editora Rede Unida) trata exatamente das interfaces entre esses temas, algo que está no centro dos desafios para a saúde pública global. Pode ser acessado aqui: <https://bit.ly/alimentaçãoeclima>.



### CURSO

## Febre Maculosa:

Diagnóstico, tratamento e prevenção

### FEBRE MACULOSA

Inscrições abertas para o curso Febre maculosa: diagnóstico, tratamento, transmissão e prevenção. A formação de 20 horas é online e gratuita. Lançado pelo Campus Virtual Fiocruz, em parceria com o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), é destinado prioritariamente aos trabalhadores do SUS de nível médio e superior que atuem nas ações de saúde com atendimento e diagnóstico à população exposta às áreas endêmicas, mas seu conteúdo está disponível para qualquer pessoa com interesse em informações sobre o tema. Saiba mais no Campus Virtual Fiocruz: [https://bit.ly/curso\\_febremaculosa](https://bit.ly/curso_febremaculosa).

### PARA OS MIÚDOS

Maria Rosa é uma criança curiosa e atenta às reviravoltas da vida, que vê a covid-19 afetar a história de sua família. Apesar do luto e das incertezas, a menina quer descobrir como as vacinas podem influenciar o rumo dos acontecimentos. Com texto de Sonia Rosa e ilustrações de Graça Lima, o livro Maria Rosa, o Amor e as Vacinas convida crianças a refletir sobre a importância da vacinação para o bem-estar coletivo. A obra é o primeiro livro da Portinho Livre, selo da Fiocruz voltado para a edição de obras infantis que abordem temas relacionados à saúde pública, à ciência e à cidadania com imaginação e criatividade. Disponível em acesso aberto, o que permite acesso livre por qualquer internauta. Conheça: [https://portolivre.fiocruz.br/portinho\\_livre](https://portolivre.fiocruz.br/portinho_livre).



# PARA REFLETIR SOBRE CONSCIÊNCIA NEGRA

Confira algumas reportagens de Radis em que temas como racismo, equidade, saúde e direitos da população negra foram abordados



## QUILOMBO LIVRE

Quilombolas lutam pelo direito à terra e estão no alvo e na rota do agronegócio em Santarém, no Oeste do Pará. O repórter Luiz Felipe Stevanim e o fotógrafo Eduardo Oliveira visitaram algumas dessas comunidades em 2019 e você pode conferir a reportagem na Radis 200 (maio de 2019).

“Esse país tem uma dívida histórica conosco”, afirmou Dileudo Guimarães, liderança quilombola da região.

## COTAS: REPARAÇÃO HISTÓRICA

Em 2022, a Lei 12.711 de 2012, conhecida como Lei das Cotas nas universidades, completou 10 anos. Que balanço é possível fazer do que mudou de lá para cá?

As histórias de estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas que conseguiram acessar o ensino superior público no Brasil por meio das cotas fazem parte de um processo de reparação histórica. A repórter Licia Oliveira trouxe o relato de alguns desses estudantes, na Radis 237 (junho de 2022), e mostrou como as cotas ajudaram a diversificar as universidades e a transformar a vida dos estudantes.



## 20 ANOS DE DURBAN

“Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata constituem graves violações de todos os direitos humanos”, afirmou a Declaração e Programa de Ação da 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que completou 20 anos em 2021.

O encontro ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001. Na edição 220 (janeiro de 2021), o repórter Bruno Dominguez mostrou que, mesmo com o legado de Durban, pessoas pretas e pardas ainda são as que mais sofrem com as vulnerabilidades sociais e o que explica isso é o racismo estrutural.



CONFIRA A SELEÇÃO COMPLETA NO SITE DE RADIS.

# A VACINA É A MELHOR MANEIRA DE COMBATER A COVID-19.



**VACINA É VIDA  
VACINA É  
PARA TODOS.**

## PREVENÇÃO

Mantenha seu esquema vacinal em dia.  
Para grupos prioritários, recomenda-se  
o uso de máscara.

## TRATAMENTO

- >> Ao primeiro sintoma, faça o teste.
- >> Em caso positivo, pessoas com mais de 65 anos e imunossuprimidas maiores de 18 anos terão tratamento antiviral gratuito pelo SUS.